ENSAIOS PARA UMA SOCIOLOGIA RURAL DISCURSIVA

VOLUME 1







ORGANIZADORES

EVERTON NOGUEIRA SILVA

ANTÔNIO CLÁUDIO RODRIGUES BARBOSA JUNIOR

CIBELLE MARA PEREIRA DE FREITAS

CARLOS DONATO BARBOSA ALVES JÚNIOR

NEILTON MONTEIRO PASCOAL FILHO

EDITORA IN VIVO

ENSAIOS PARA UMA SOCIOLOGIA RURAL DISCURSIVA

Volume I

Organizadores

Everton Nogueira Silva

Antônio Cláudio Rodrigues Barbosa Junior

Cibelle Mara Pereira de Freitas

Carlos Donato Barbosa Alves Júnior

Neilton Monteiro Pascoal Filho

EDITORA IN VIVO

2026

2026 by Editora In Vivo
Copyright © Editora In Vivo
Copyright do Texto © 2026 O autor
Copyright da Edição © 2026 Editora In Vivo



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).
O conteúdo desta obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Editor Chefe
Dr. Everton Nogueira Silva
Editores Executivos
Profa. Dra. Juliana Paula Martins Alves
Dr. Éverton Pimentel Ferreira Lopes
Diretor Comercial e de Marketing
Hudson Rafael Marques Praxedes

1 CIÊNCIAS AGRÁRIAS	**4 CIÊNIAS HUMANAS**
- Dr. Aderson Martins Viana Neto	- Dra. Alexsandra Maria Sousa Silva
- Dra. Ana Paula Bezerra de Araújo	- Dr. Francisco Brandão Aguiar
- Dr. Arinaldo Pereira da Silva	- MSc. Julyana Alves Sales
- Dr. Aureliano de Albuquerque Ribeiro	- Dra. Solange Pereira do Nascimento
- Dr. Cristian Epifanio de Toledo	**5 CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**
- MSc. Edson Rômulo de Sousa Santos	- Dr. Cícero Francisco de Lima
- Dra. Elivânia Maria Sousa Nascimento	- MSc. Erivelton de Souza Nunes
- Dr. Fágner Cavalcante P. dos Santos	- DR. Janaildo Soares de Sousa
- MSc. Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti	- MSc. Karine Moreira Gomes Sales
- Dra. Filomena Nádia Rodrigues Bezerra	- Dra. Maria de Jesus Gomes de Lima
- Dr. José Bruno Rego de Mesquita	- MSc. Maria Rosa Dionísio Almeida
- Dr. Kleiton Rocha Saraiva	- MSc. Marisa Guilherme da Frota
- Dra. Lina Raquel Santos Araújo	- Msc. Silvia Patrícia da Silva Duarte
- Dr. Luiz Carlos Guerreiro Chaves	- MSc. Tássia Roberta Mota da Silva Castro
- Dr. Luís de França Camboim Neto	**6 CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA**
-MSc. Maria Emília Bezerra de Araújo	- MSc. Francisco Odécio Sales
- MSc. Yuri Lopes Silva	- Dra. Irvila Ricarte de Oliveira Maia
2 CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	- Dra. Cleoni Virginio da Silveira
- Dra. Antônia Moemia Lúcia Rodrigues Portela	**7 ENGENHARIAS**
- Dr. David Silva Nogueira	- MSc. Amâncio da Cruz Filgueira Filho
- Dr. Diego Lisboa Rios	- MSc. Eduarda Maria Farias Silva
3 CIÊNCIAS DA SAÚDE	- MSc. Gilberto Alves da Silva Neto
- Dra. Ana Luiza Malhado Cazaux de Souza Velho	- Dr. João Marcus Pereira Lima e Silva
- Msc. Cibelle Mara Pereira de Freitas	- MSc. Ricardo Leandro Santos Araújo
- MSc. Fabio José Antônio da Silva	- MSc. Saulo Henrique dos Santos Esteves
- Dr. Isaac Neto Goes Silva	**9 LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES.**
- Dra. Maria Verônyca Coelho Melo	- MSc. Kamila Freire de Oliveira
- Dra. Paula Bittencourt Vago	
- MSc. Paulo Abílio Varella Lisboa	
- Dra. Vanessa Porto Machado	
- Dr. Victor Hugo Vieira Rodrigues	

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

E56

Ensaios para uma sociologia rural discursiva. [livro eletrônico]./ Organização: Everton Nogueira Silva, … [et al.]. Fortaleza: Editora In Vivo, 2026.
79 p. vol. 1

Inclui referências.
Bibliografia.

ISBN: 978-65-82825-10-1

DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1

1. Sociologia rural discursiva. 2. Comunidades rurais. I. Silva, Everton Nogueira. II. Barbosa Junior, Antônio Cláudio Rodrigues. III. Freitas, Cibelle Mara Pereira de. IV. Alves Júnior, Carlos Donato Barbosa. V. Pascoal Filho, Neilton Monteiro. VI. Título.

CDD 307.72

Denise Marques Rodrigues – Bibliotecária – CRB-3/CE-001564/O

APRESENTAÇÃO

A coletânea Ensaios para uma Sociologia Rural Discursiva realiza uma reinterpretação crítica do pensamento agrário e das transformações do meio rural brasileiro. A obra analisa a gênese da sociologia rural tradicional, estruturada sob modelos difusionistas e uma dicotomia artificial entre campo e cidade. Essa abordagem naturalizou o rural como espaço arcaico a ser corrigido por pacotes tecnológicos para conter conflitos sem alterar estruturas desiguais. Frente a isso, o livro propõe um giro discursivo e reflexivo que devolve aos sujeitos do campo o protagonismo na ação histórica.

A fundamentação teórica estabelece um diálogo contínuo resgatando autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz, José de Souza Martins, Octavio Ianni, Florestan Fernandes e Teodor Shanin. Examina-se como a formação social do país foi moldada pela resiliência das elites agrárias e por estruturas de dominação como as parentelas e o coronelismo. A população camponesa enfrentou contínuos processos de expropriação, exclusão e pauperização que alimentaram o inchaço periférico nas cidades. O texto reafirma que o campo constitui um ponto de vista indispensável para compreender as contradições do desenvolvimento nacional.

No plano empírico e histórico, os capítulos investigam o processo de modernização agrícola instaurado na década de 1960 sob o manto da Revolução Verde. A intervenção estatal promoveu uma modernização conservadora pautada pela monocultura agroexportadora sem alterar a estrutura fundiária concentrada e excludente. Esse crescimento produtivo resultou em severa degradação ambiental, desterritorialização de famílias rurais e intensa precarização do trabalho no campo. A figura emblemática do trabalhador temporário, o bóia-fria, sintetiza as graves vulnerabilidades sociais geradas por esse padrão de expansão.

Frente a esse quadro, a obra analisa a transição da extensão rural difusionista para modelos participativos impulsionados pelo PRONAF e pela PNATER. Em oposição às teses que previam o fim do campesinato, demonstra-se a capacidade de resistência e recriação dos agricultores familiares. A cooperação comunitária e o trabalho familiar reafirmam a autonomia e a relevância socioeconômica dessas populações no cenário contemporâneo. A obra conclui que o futuro do campo exige democratização da terra, valorização dos saberes locais e garantia plena de cidadania.

Tenham uma boa leitura!

Capítulo 1 – DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-1

O FUTURO DA SOCIOLOGIA RURAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A QUALIDADE DE VIDA RURAL.....06

Capítulo 2 – DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-2

O RURAL COMO PONTO DE VISTA: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DE MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ PARA A SOCIOLOGIA RURAL BRASILEIRA.....10

Capítulo 3 – DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-3

PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA RURAL: TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO SOCIAL E ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA.....15

Capítulo 4 – DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-4

POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO NO RURAL BRASILEIRO: ESTRATÉGIAS FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E À RECONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL.....22

Capítulo 5 – DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-5

AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IDENTIDADE CULTURAL NO ESPAÇO RURAL.....27

Capítulo 6 – DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-6

RURALIDADE: NOVAS IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO.....35

Capítulo 7 – DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-7

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS IMPACTOS SOBRE O TRABALHO.....39

Capítulo 8 – DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-8

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL E INOVAÇÕES CONCEITUAIS: LIMITES E POTENCIALIDADES.....45

Capítulo 9 – DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-9

O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAMPESINATO BRASILEIRO.....53

Capítulo 10 – DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-10

PLANEJAMENTO REGIONAL E REFORMA AGRÁRIA: ANTIGOS E NOVOS ENTRELAÇAMENTOS ENTRE AS QUESTÕES AGRÁRIA E REGIONAL.....58

Capítulo 11 – DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-11

EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA.....64

Capítulo 12 – DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-12

DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA AO RURAL SOCIOAMBIENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA SOCIOLOGIA RURAL TRADICIONAL.....70

Capítulo 13 – DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-13

DIÁLOGOS ENTRE SOCIOLOGIA E EXTENSÃO RURAL.....75

PÁGINA 6. DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-1

O FUTURO DA SOCIOLOGIA RURAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A QUALIDADE DE VIDA RURAL

Cassiane Batista Nascimento
Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Veterinária
Fortaleza – CE
https://orcid.org/0009-0004-0810-9200
www.linkedin.com/in/cassianeestudantevet

Jonathan António Solís De León
Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Veterinária
Fortaleza - CE
http://lattes.cnpq.br/8498619462777169
https://orcid.org/0009-0005-4137-2366

Radja Tomaz Belchior Silva
Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Veterinária
Fortaleza - CE
https://lattes.cnpq.br/2124184747000738
https://orcid.org/0009-0007-6684-2621

Palavras-chave:
Sociologia Rural;
Futuro da Sociologia Rural;
Populações Rurais

RESUMO

A Sociologia já considerou as populações do campo como formas involuídas das pessoas urbanas. Essa visão causou, e ainda causa, estigmas para esse povo, que é resumido às atividas agrículas e a mão-de-obra barata, submetido a situações sub-humanas e tem suas formas de viver invisibilizadas. O futuro da Sociologia Rural é pautado no entendimento da inserção dos camponeses no ambiente urbano e das consequências da priorização de uma modernização tecnológica em detrimento do avanço social.

Keywords:
Rural Sociology; The Future of Rural Sociology; Rural Populations

THE FUTURE OF RURAL SOCIOLOGY AND ITS CONTRIBUTION TO THE QUALITY OF RURAL LIFE

ABSTRACT

Sociology has considered rural populations as regressed forms of urban people. This view has caused, and still causes, stigmas for these people, who are reduced to agricultural activities and cheap labor, subjected to subhuman conditions, and whose ways of life are made invisible. The future of Rural Sociology is based on understanding the integration of countrymen into the urban environment and the consequences of prioritizing technological modernization over social progress.

1 INTRODUÇÃO

A Sociologia Rural, durante muito tempo, enxergou o meio rural de forma limitada e até preconceituosa. Muitos sociólogos associavam o campo ao atraso e acreditavam que a modernização resolveria automaticamente os problemas das populações rurais. Na prática, isso acabou causando consequências negativas, como desemprego, migração para as cidades, desestruturação das famílias e piora da qualidade de vida das pessoas do campo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O meio rural não pode ser visto apenas pela produção agrícola, pois existe toda uma cultura, modo de vida e visão de mundo próprios das populações rurais. Muitos estudos ignoravam isso e analisavam o campo apenas pelo "lado negativo", como se este precisasse sempre se adaptar ao modelo urbano e capitalista.

Outro ponto importante é que a modernização do campo trouxe impactos sociais graves, principalmente a partir dos anos 70. Muitas pessoas foram obrigadas a sair do meio rural e migrar para as cidades, mas continuaram mantendo valores e formas de viver ligados ao campo. O desenvolvimento econômico não trouxe necessariamente bem-estar social e a Sociologia Rural precisa compreender melhor a realidade e as necessidades dessas populações.

Uma Sociologia Rural mais humana, crítica e preocupada com a qualidade de vida das pessoas do campo, que valorize sua cultura, sua identidade e suas experiências sociais, faz-se necessária.

Desde os anos 70 a modernização forçada do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente vem nos mostrando que esse modelo imperante de desenvolvimento acarretou um contra-desenvolvimento social responsável por formas perversas de miséria antes desconhecidas em muitas partes do mundo. Outras partes constituem enclaves rurais no mundo urbano, transições intransitivas, como o resto da modernização forçada, que introduziu na vida das populações do campo um ritmo de transformação social e econômica gerador de problemas sociais que o próprio sistema em seu conjunto não tem como remediar.

Uma suposta e nunca comprovada resistência das populações rurais para a mudança e a modernização a responsabilidade por esse desastre social. Ficou evidente, era resistência ao que para ela não tinha o menor sentido e não podia, portanto, ser compreendido.

No Brasil, nos anos 80 e 90, a grande expansão territorial do grande capital moderno que foi o da expansão da fronteira agropecuária na Amazônia. Espaços Ocupados por populações indígenas e por populações camponesas pobres remanescentes das ondas de povoamento dos séculos XVIII e XIX foram declarados espaços vazios pelo Estado nacional. Os cientistas sociais e muitos estrangeiros que vieram para estudar na região Amazônica, testemunharam e documentaram uma das grandes falácias da sociologia Rural, a da função emancipadora da modernização técnica e econômica.

Grandes empresas recorreram ao trabalho escravo, à peonagem, à escravidão por dívida, para efetivar a implantação de megaprojetos agropecuários. Usando pistoleiros para torturar, perseguir, violentar e matar os que tentam fugir. Alguns desses projetos são de grande sofisticação tecnológica, como o da fazenda Valei do Rio Cristalino, implantado pela empresa alemã Volkswagem. O plano previa criação e abate de gado, que seria refrigerado no vôo entre a fazenda e Alemanha. Mas na fazenda havia 500 trabalhadores escravizados. Pesquisadores estimam na década de 70 mais de meio milhão de trabalhadores foram submetidos à escravidão na região Amazônica para permitir a abertura das novas e modernas empresas agropecuárias. Foi esse um retrocesso histórico espantoso em nome da modernização econômica e tecnológica.

Sabemos todos que a sociologia rural, a pretexto de se tornar uma força auxiliar da modernização e da remoção das resistências sociais à mudança, contribuiu abertamente para a violação de modos de vida e visões de mundo e de culturas tradicionais em que a pobreza, ao menos, revestia-se de padrões sociais de dignidade toleráveis.

A modernização rural forçada fracassou nas amplas regiões desta América Latina, da Ásia e África, as velhas estruturas sociais foram desmanteladas, as instituições corroídas, comunidades desorganizadas, os costumes desmoralizados e a população degradada. A sociologia rural tinha elaborados diagnósticos para desmontar a sociedade tradicional, mas não tinha condições de diagnosticar e solucionar os graves problemas sociais que não previu é que decorriam dos processos sociais anônimos que involuntariamente estimulou, sugeriu, apoiou ou promoveu.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futuro da sociologia rural depende de que reconheçamos que a nossa disciplina contribuiu para privar de futuro parcelas ponderáveis da população do Terceiro Mundo. Não se trata de pedir à nossa profissão e à nossa disciplina que faça um *mea-culpa* tão em moda na hipocrisia contemporânea. Trata-se de pedir que façamos uma revisão crítica corajosa dos rumos dominantes na sociologia rural por longos anos, que nos dediquemos, também, a uma sociologia da sociologia rural para compreender o grande desencontro entre essa disciplina e a sociedade que deve compreender e explicar.

REFERÊNCIA

MARTINS, J. DE S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados,** v. 15, n. 43, p. 31–36, dez. 2001.

PÁGINA 10. DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-2

O RURAL COMO PONTO DE VISTA: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DE MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ PARA A SOCIOLOGIA RURAL BRASILEIRA

Ana Caroline Oliveira Rocha
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
Link para o Currículo Lattes e ORCID
https://lattes.cnpq.br/2276658632817111

Beatriz Felix Camerino
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
Link para o Currículo Lattes e ORCID
http://lattes.cnpq.br/5920554080652043

Gabriela Vasconcelos Pacheco
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
Link para o Currículo Lattes e ORCID
http://lattes.cnpq.br/9520959691226492

Palavras-chave:
Estudos Rurais;
Sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz**;**
Formação Social Brasileira;
Parentelas.

RESUMO

O artigo desenvolvido analisa a visão de sociologia rural na visão da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz. Essa análise busca interpretar o fundamento da formação social brasileira a partir dessa concepção da sociedade rural brasileira. Metodologicamente, a socióloga integra o mundo rural no contexto das totalidades da sociedade global, buscando compreender os fatos sociais através da dupla articulação entre análises sócio-históricas e considerações teórico-metodológicas. Para tanto, Queiroz estuda o contexto da sociedade "rústica" e demonstra a resiliência das elites agrárias e a profunda degradação sócio econômica sofrida pelos camponeses, que acabam por se colocar em uma posição inferior de poder com relação à população da elite. Conclui-se, então, que a sociedade rural ajuda a compreensão das permanências, contradições e desigualdades que estruturam o Brasil contemporâneo.

Keywords:
Rural Studies;
Sociology of Maria Isaura Pereira de Queiroz;
Brazilian Social Formation;
Kinship

THE RURAL AS A POINT OF VIEW: AN ANALYSIS OF MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ'S CONTRIBUTION TO BRAZILIAN RURAL SOCIOLOGY

ABSTRACT

The article analyzes the vision of rural sociology in the vision of sociologist Maria Isaura Pereira de Queiroz. This analysis seeks to interpret the foundation of Brazilian social formation from this conception of Brazilian rural society. Methodologically, the sociologist integrates the rural world in the context of the totalities of global society, seeking to understand social facts through the double articulation between socio-historical analyses and theoretical-methodological considerations. To this end, Queiroz studies the context of the "rustic" society and demonstrates the resilience of the agrarian elites and the deep socio-economic degradation suffered by the peasants, who end up placing themselves in an inferior position of power with respect to the elite population. It is concluded, then, that rural society helps to understand the permanences, contradictions and inequalities that structure contemporary Brazil

1 INTRODUÇÃO

Maria Isaura Pereira de Queiroz compreendeu com sensibilidade as contradições da sociedade brasileira (BLAY, 1999). Seus estudos investigaram o "mundo rústico", do folclore ao coronelismo, e a inserção desses grupos na modernização pós-1950, analisando as relações campo-cidade sob o impacto da urbanização e industrialização até a década de 1980 (BOTELHO, 2011; KOSMINSKY, 1999). Segundo a autora, tais processos abalaram a parentela social, rede política e econômica de laços consanguíneos, espirituais ou matrimoniais, rígida na monocultura e igualitária na subsistência (CARVALHO, 2013). Contudo, a modernização não extinguiu os coronéis, que mantiveram o poder via posse de bens econômicos (CARVALHO, 2013). Em contrapartida, os camponeses sofreram expropriação e pauperização, migrando para as cidades onde, sem preparo para o trabalho assalariado, ocuparam a base da escala social (KOSMINSKY, 1999). Essa transição demonstra que a modernização reconfigurou as dinâmicas agrárias sem eliminá-las. Diante disso, este trabalho analisa a concepção de rural no artigo "O Rural como Ponto de Vista", destacando as contribuições da sociologia rural para compreender o campo como chave interpretativa essencial da formação brasileira (CARVALHO, 2013).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mundo rústico e Parentela: a dinâmica da sociedade rural brasileira

A autora associa pesquisas de campo a ensaios histórico-sociológicos para analisar a dinâmica social, as formas de sociabilidade e as estruturas de poder brasileiras. Para obter dados empíricos robustos, ela insere o mundo rural na totalidade da sociedade global, diferenciando a análise da explicação na interpretação desses fenômenos dinâmicos. Assim, a análise decompõe o todo da pesquisa de campo para evidenciar os princípios básicos de sua composição.

Ao analisar a sociedade rústica brasileira, a socióloga identificou a presença de uma relação de coronelismo, baseada na estrutura socioeconômica da sociedade. Esse coronelismo é definido a partir da estrutura de parentela, que constituem estruturas de solidariedade social, devido à capacidade de reunir diferentes grupos, e são formadas por um

conjunto de indivíduos que estabelecem laços entre si, podendo ser laços de parentesco, espiritual ou de aliança.

A sociedade tem, então, sua dinâmica baseada em uma estratificação social com base nas diferenças socioeconômicas, fato que acontece tanto no coronelismo quanto na estrutura parental. Dessa forma, por ser constituída por diferentes grupos sociais, a parentela se assemelha a uma pirâmide, porque ilustra a ideia de subordinação constitutiva representadas pela sobreposição de umas camadas as outras dessa estrutura, baseada nas diferenças socioeconômicas.

Essa malha de relações pessoais e de obrigações mútuas integra verticalmente e horizontalmente a sociedade, funcionando como a base social indispensável que molda e sustenta as dinâmicas políticas do interior.

2.2 O campo como "contexto"

Para melhor entendimento do desenvolvimento social e econômico do Brasil, é necessário se analisar o meio rural e urbano como figuras que andam juntas. No país, o processo de modernização caracterizou-se por uma junção entre as estruturas antigas e as novas.

A socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz contribui para esse debate ao demonstrar que o meio rural tradicional não deve ser colocado em um lugar de atraso. A base da sociedade se dava pelas chamadas "parentelas", redes familiares que concentravam o poder político, econômico e social. Com o avanço da industrialização e o crescimento das cidades, essas elites agrárias não desapareceram, como ocorreu em parte da Europa. Houve sua adaptação para a nova realidade ocorrendo sua migração para as cidades no qual investiram nas indústrias, dessa forma eles conseguiam continuar mantendo o controle político. Dessa forma, seus costumes, dinâmicas de poder e as alianças geradas no interior moldaram o funcionamento das cidades modernas.

Também entendemos a visão de Florestan Fernandes onde aborda essa transição sob a visão da economia e das transformações macroestruturais. O autor explica que após a abolição e com o trabalho livre se ocorre uma inversão onde a cidade passa a funcionar como o "contexto do campo", ditando os ritmos econômicos, os novos estilos de vida e as regras de mercado que o interior precisava seguir. No entanto, Fernandes ressalta que isso gerou uma relação de dependência, na qual o crescimento das cidades foi sustentado a partir da exploração econômica e da transferência de riquezas do meio rural.

2.3 Um problema de perspectiva

A autora inicia abordando seu incômodo com a perspectiva de outros sociólogos para o homem do campo, onde a figura era vista de modo exótico e atrasado, além de isolarem seu estudo do resto do mundo moderno. Em sua visão o meio rural deve ser estudado juntamente com o meio urbano, já que os dois fazem parte do mesmo sistema de forma social ampla.

O conceito de "parentela", fenômeno central da sociedade brasileira, frequentemente citada pela autora, teve uma diferença de comportamento em cada país devido a colonização. Na América Espanhola o centro do poder já estava na cidade, onde foi feita apenas sua extração. Já no Brasil não havia impérios urbanos imediatos, a solução foi ocupar a terra com a agricultura.

Dito isso, devido a colonização rural, as cidades brasileiras não tinham sua força econômica centralizada na zona urbana, servindo a mesma apenas como um "apêndice administrativo". O poder e a vida social estava na zona rural, sendo a zona urbana apenas necessária para realizar exportações e resolver questões do âmbito administrativo.

O resultado disso foi uma urbanização caótica onde as cidades cresceram como um "inchaço de favelas", onde muitas pessoas ainda viviam com uma lógica e organização do meio rural.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociologia rural de Maria Isaura de Queiroz demonstra que a modernização brasileira não apagou o mundo rústico, mas reconfigurou-o. As suas ideias ampliam a visão sobre o campo ao comprovar a profunda relação de interdependência entre o rural e o urbano, coexistindo e moldando-se mutuamente. Embora a industrialização tenha desestruturado as parentelas tradicionais, as elites adaptaram o poder do coronelismo ao meio urbano. Em contrapartida, a severa expropriação e a marginalização dos camponeses nas periferias expõem o caráter desigual dessa transição. Assim, o artigo evidencia a relevância da análise sociológica e cultural do meio rural, reafirmando o campo como um ponto de vista epistemológico indispensável para decifrar as contradições da sociedade brasileira contemporânea.

REFERÊNCIAS

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Mundo rural e agricultura no Brasil. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon (org.). **Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 125-136. DOI: https://doi.org/10.36311/1999.978-85-86738-08-5.p125-136.

BLAY, Eva Alterman. Maria Isaura: mestra, escritora e amiga. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon (org.). **Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz.** Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 5-10. DOI: https://doi.org/10.36311/1999.978-85-86738-08-5.p5-10.

BOTELHO, André; CARVALHO, Lucas Correia. A sociedade em movimento: dimensões da mudança na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. **Revista Sociedade e Estado,** Brasília, v. 26, n. 2, p. 209-229, maio/ago. 2011.

PÁGINA 15. DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-3

PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA RURAL: TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO SOCIAL E ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA

Ana Gabriela Bezerra de Macedo
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
http://lattes.cnpq.br/6303884880165709

Iago Honório Silva
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
http://lattes.cnpq.br/2856424236195937

Victoria Hellen Santos Mendes
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
http://lattes.cnpq.br/2437726698739971

RESUMO

O presente trabalho discute as transformações sociais ocorridas na sociedade contemporânea e a influência da globalização na construção do conhecimento e nas relações sociais. O artigo destaca a importância da Sociologia para compreender as mudanças culturais, econômicas e sociais presentes no mundo atual, ressaltando a necessidade de uma visão crítica diante das novas dinâmicas da sociedade. Além disso, o estudo aborda como os avanços tecnológicos e a rápida circulação de informações influenciaram as formas de interação humana e modificaram o comportamento coletivo e individual ao longo das últimas décadas. O texto também apresenta reflexões sobre as mudanças ocorridas nas Ciências Sociais, mostrando como a área precisou se adaptar às novas realidades sociais e aos diferentes modos de produção do conhecimento. Nesse contexto, o artigo valoriza a pluralidade de saberes e a importância de considerar diferentes perspectivas na análise dos fenômenos sociais contemporâneos. Dessa forma, o trabalho contribui para ampliar as discussões sobre a construção social do conhecimento e sobre o papel do pensamento sociológico na interpretação das transformações que marcam a sociedade atual. Além disso, reforça a importância das Ciências Sociais na compreensão das mudanças culturais, tecnológicas e econômicas que influenciam diretamente a vida em sociedade, as relações interpessoais e os modos de pensar e agir dos indivíduos na contemporaneidade.

Palavras-chave:
Globalização;
Sociologia rural;
Sociedade.

PERSPECTIVE OF RURAL SOCIOLOGY: TRAJECTORY OF SOCIAL THOUGHT AND CONTEMPORARY APPROACH

ABSTRACT

This work discusses the social transformations occurring in contemporary society and the influence of globalization on the construction of knowledge and social relations. The article highlights the importance of Sociology to understand the cultural, economic and social changes present in today's world, highlighting the need for a critical vision in the face of new dynamics in society. Furthermore, the study addresses how technological advances and the rapid circulation of information have influenced forms of human interaction and modified collective and individual behavior over the last few decades. The text also presents reflections on the changes that have occurred in Social Sciences, showing how the area needed to adapt to new social realities and different modes of knowledge production. In this context, the article values the plurality of knowledge and the importance of considering different perspectives in the analysis of contemporary social phenomena. In this way, the work contributes to expanding discussions on the social construction of knowledge and on the role of sociological thought in interpreting the transformations that mark today's society. Furthermore, it reinforces the importance of Social Sciences in understanding the cultural, technological and economic changes that directly influence life in society, interpersonal relationships and the ways of thinking and acting of individuals in contemporary times.

Keywords:

Globalization;

Rural sociology;

Society.

1 INTRODUÇÃO

As ciências, com o passar dos séculos, sentiram-se desafiadas pelas transições que ocorriam no mundo. Essa percepção levou a formulações paradigmáticas nas ciências sociais, como as noções de 'fim das certezas' (PRIGOGINE, 1996), 'fim da história' (FUKUYAMA, 1992), 'fim do trabalho' (ANTUNES, 2002), 'nova era da informação e do conhecimento' (DRUCKER, 1999; SCHAFF, 1995), 'fim do político e do social' (BAUDRILLARD, 2011).

A ciência nem sempre tem o seu melhor desempenho diante das expectativas dos indivíduos e das sociedades. No entanto, cabe a persistência na busca da validação social do papel da ciência e, em particular, da sociologia enquanto tal, como uma resposta capaz de interceptar e de atualizar os sentidos, os ânimos, as expectativas e as necessidades da aventura humana.

Deve-se colocar em discussão o limite das ciências e do conhecimento científico ao apoiarem-se em noções de conhecimento válido, de universalidade, de inovação, de projeção para o futuro, em detrimento das concepções de pluralidade do conhecimento, de singularidade das experiências, de senso comum (SANTOS, 2010) e de tempo presente.

2 O COMPORTAMENTO DA SOCIOLOGIA RURAL NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: ASPECTOS A SEREM DISCUTIDOS

Inicialmente, o bacharelado em Ciências Sociais comportava uma ênfase em Sociologia Rural, pois havia uma dinâmica crescente de ocupação dos centros urbanos com a implementação de indústrias e o êxodo rural. A estimativa para 2050 é que cerca de 70% da população mundial viva em áreas urbanas, conforme dados da Organização das Nações Unidas. A ocupação das cidades, influenciada pelo estilo de vida burguês, pelo consumismo e pela busca por status, fez com que a vida no meio rural fosse vista como ultrapassada, pobre e triste, algo que não acompanhava a modernidade. Dessa forma, construiu-se uma epistemologia que pretendia justificar a imposição de um modo de pensar e de ver o mundo sobre os demais. Entretanto, o rural e o urbano são esferas que se integram socialmente.

No final do século XX, as alterações provocadas pelo agronegócio no trabalho e na vida da população coincidiram com a criação do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, momento em que se percebeu que o cenário de desassistência, abandono e problemas sociais era muito grande no meio rural, principalmente em Pernambuco.

Em 1975, foi criada a Lei nº 7.007, que instituiu a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (Emater), com o objetivo de "planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural", destacando a necessidade de melhorias das condições de vida no meio rural do estado de Pernambuco e de políticas de assistência técnica e extensão rural. A Emater foi extinta em 1999 e sucedida pela Empresa de Abastecimento e Extensão Rural de Pernambuco (Ebape) (WANDERLEY; LOPES, 2012), também extinta em 2003. Isso ocorreu porque existia a ideia de que os avanços e os desenvolvimentos da modernidade eram necessariamente gerados nos meios urbanos e levados para os meios rurais, mantendo um sentido de superioridade cultural. Porém, a sociologia cumpre o papel de estudar e debater, de modo crítico e reflexivo, a estrutura agrária brasileira e seus desdobramentos na construção dos grupos sociais.

No processo de redemocratização do Brasil, em 1989, com as eleições e a abertura política do país, os trabalhadores rurais passaram a ser reconhecidos e começaram a dar significado ao exercício da cidadania. Ao longo dos anos, outros grupos sociais também ganharam visibilidade, como mulheres, idosos e desempregados. No estado de Pernambuco, havia uma forte inclinação para as lutas sociais, com o combate à ditadura militar, a retomada das ligas camponesas e a contribuição do pernambucano Francisco Julião Arruda de Paula

(1915–1999) para os direitos dos camponeses. Todos esses acontecimentos influenciaram um novo olhar para a Sociologia Rural. Os problemas rurais faziam parte de um contexto mais amplo de lutas sociais por direitos, sendo o conhecimento um desses direitos. As lutas sociais nem sempre são valorizadas pela sociedade e, muitas vezes, nem mesmo pela universidade, por serem consideradas "não científicas". De acordo com Boaventura de Sousa Santos (1993), a ciência só evolui quando há uma consciência crítica sobre o próprio conhecimento científico e sobre os saberes produzidos pela sociedade.

Dessa maneira, a Sociologia Rural possui grande importância na compreensão das desigualdades sociais e das transformações ocorridas no campo brasileiro ao longo da história. Além de analisar as relações econômicas e políticas presentes no meio rural, essa área do conhecimento também contribui para dar visibilidade aos sujeitos sociais que, durante muito tempo, permaneceram marginalizados. Assim, compreender o espaço rural não significa enxergá-lo como atrasado ou inferior ao urbano, mas reconhecer sua relevância cultural, econômica e social para a construção da sociedade brasileira. Portanto, a Sociologia Rural continua sendo fundamental para o fortalecimento das políticas públicas, da cidadania e das lutas sociais voltadas à garantia de direitos e à melhoria das condições de vida das populações do campo.

3 CONSIDERÇÕES FINAIS

Este artigo evidencia a importância da Sociologia na compreensão das transformações sociais que ocorreram ao longo das últimas décadas, principalmente diante dos impactos da globalização e dos avanços tecnológicos. O estudo demonstra que as mudanças culturais, econômicas e sociais influenciaram diretamente a forma como o conhecimento é produzido e compartilhado na sociedade contemporânea. Além disso, destaca a necessidade de uma análise crítica e interdisciplinar para compreender as novas dinâmicas sociais e os desafios presentes no mundo atual. Dessa forma, o trabalho reforça a relevância das Ciências Sociais na interpretação da realidade social e na valorização da pluralidade de saberes, contribuindo para reflexões mais amplas sobre as constantes transformações que marcam a contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Cláudio. Francisco Julião: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho. 8° edição. São Paulo: Cortez, 2002.

BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Camponesas. Petrópolis: Vozes, 1984.

BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias silenciosas: O fim do social e o surgimento das massas. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BORDENAVE, Juan E. D.. O que é comunicação rural? 3a edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista transformação dos seus meios de vida. 8°edição. São Paulo: Ed. 34, 1997.

COORDENAÇÃO do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais/UFRPE. Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Documento interno, setembro 2012.

DRUCKER, Peter. Sociedade pós-capitalista. São Paulo: Pioneira, 1999.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. Os alemães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FUKUYAMA, Francis. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia: critica da moderna agricultura. 2. edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. 1a edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. The right to the city. New Left Review 53, set. out. 2008, 23-40. Disponível em https://newleftreview.org/issues/I153/articles/david-harvey-the-right to-the-city, 2008. Acesso em: 29 junho 2020.

LEI No 7.007, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1975. Disponível em http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=33313.

LEONELLI, Domingos, OLIVEIRA, Dante de. Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura. São Paulo: Record, 2004.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Vol. 1 e 2. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MACHADO, Otávio Luiz. Educação e Constituinte de 1988: a participação popular nos quadros da democracia da Nova República e a reflexão de Florestan Fernandes. Frutal: Prospectiva, 2013.

MARSHALL, T.H.. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nossa História. Disponível em: https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/. Acesso em: 25 junho 2020.

MARTINS, José de Souza (org). Introdução crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MATTELART, Armand. Networking the World, 1794-2000. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. **ONU News**, Fevereiro 2019. Disponível em https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701. Acesso em: 29 junho 2020.

PASTORAL da Criança. Disponível em www.pastoraldacrianca.org.br/pt/. Acesso em: 23 junho 2020.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**: Tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: UNESP, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O campesinato **brasileiro**: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. 2a edição. Petrópolis: Vozes, 1976.

RIBEIRO, Darcy. Entrevista. Programa Abertura, TV Tupi. Disponível em http://bit.ly/AberturaDarcyRibeiro, 1979. Acesso em: 30 junho 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A **gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências**. 15a edição. Porto: Afrontamento, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Fórum Social Mundial**: manual de uso. Porto: Afrontamento, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Vol. 1. 2a edição. Porto: Afrontamento, 2002.
SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3a edição. Porto: Afrontamento, 1993.
SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

VEIGA, José Eli da. Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização, in **Estudos Avançados** no 51, maio/agosto/2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura,** 15, outubro 2000: 87-145.

WANDERLEY, Múcio de Barros, LOPES Geraldo Majella Bezerra. As relações institucionais entre pesquisa e desenvolvimento e assistência técnica e extensão rural no IPA. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica,** vols. 8 e 9, p.37- 41, 2011/2012.

PÁGINA 22. DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-4

POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO NO RURAL BRASILEIRO: ESTRATÉGIAS FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E À RECONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

Antônio Cláudio Rodrigues Barbosa Júnior
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
http://lattes.cnpq.br/9445910388295412

Alyne Costa Martins
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
http://lattes.cnpq.br/1723988671706388

Vinicius de Morais Silva
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
http://lattes.cnpq.br/3787469970665771

RESUMO

O meio rural brasileiro enfrenta desafios crescentes decorrentes das mudanças climáticas, como eventos extremos, insegurança hídrica e impactos na produção agropecuária, exigindo a reformulação de políticas públicas e o fortalecimento de estratégias inovadoras. Este estudo analisa o papel das políticas públicas e da inovação no enfrentamento dessas adversidades, com foco na reconstrução sustentável do rural brasileiro. A metodologia baseia-se em revisão bibliográfica qualitativa, utilizando documentos oficiais de organismos internacionais, como ONU, FAO e ONUDI, além de literatura científica recente. Os resultados indicam que políticas públicas integradas, como o Plano ABC+, aliadas à difusão de tecnologias sustentáveis e à atuação da extensão rural, são fundamentais para promover a resiliência climática. A inovação no campo, incluindo agricultura de precisão, bioeconomia e práticas agroecológicas, destaca-se como elemento central para garantir segurança alimentar, sustentabilidade e inclusão social. Contudo, persistem desafios estruturais, como desigualdades regionais, acesso limitado à tecnologia e fragilidades institucionais. Conclui-se que a reconstrução sustentável do rural brasileiro exige articulação entre políticas públicas eficazes, inovação tecnológica e participação social..

Palavras-chave:
Políticas públicas;
Inovação rural;
Mudanças climáticas;
Sustentabilidade;
Extensão rural

PUBLIC POLICIES AND INNOVATION IN RURAL BRAZIL: STRATEGIES FOR CLIMATE CHANGE AND SUSTAINABLE RECONSTRUCTION

ABSTRACT

Brazil's rural sector faces growing challenges stemming from climate change—such as extreme weather events, water insecurity, and impacts on agricultural production—which necessitate the reformulation of public policies and the strengthening of innovative strategies. This study analyzes the role of public policy and innovation in addressing these adversities, with a focus on the sustainable reconstruction of Brazil's rural areas. The methodology is based on a qualitative literature review, drawing on official documents from international organizations—such as the UN, FAO, and UNIDO—as well as recent scientific literature. The findings indicate that integrated public policies, such as the ABC+ Plan, combined with the dissemination of sustainable technologies and the work of rural extension services, are essential for fostering climate resilience. Innovation in the agricultural sector—including precision farming, the bioeconomy, and agroecological practices—emerges as a key element in ensuring food security, sustainability, and social inclusion. Nevertheless, structural challenges persist, such as regional inequalities, limited access to technology, and institutional weaknesses. The study concludes that the sustainable reconstruction of Brazil's rural sector requires the coordination of effective public policies, technological innovation, and social participation.

Keywords:

Public policies;

Rural innovation;

Climate change;

Sustainability;

Rural extension

1 INTRODUÇÃO

O espaço rural brasileiro desempenha papel fundamental na segurança alimentar, na geração de renda e no desenvolvimento econômico do país. Entretanto, o setor esbarra em desafios palpáveis relacionados às mudanças climáticas, caracterizadas pelo aumento da frequência e intensidade de eventos extremos (secas prolongadas, enchentes e elevação das temperaturas médias globais e outras adversidades). Esses fenômenos impactam diretamente a agropecuária, a sanidade animal e a sustentabilidade dos sistemas produtivos, o que nos faz viver sob a égide da urgência para que sejam adotadas estratégias adaptativas.

Nesse contexto, as políticas públicas assumem papel de destaque na formulação de respostas estruturadas para mitigar efeitos das mudanças climáticas no meio rural e adjacências. Programas governamentais de sustentabilidade, como o Plano ABC+, buscam incentivar práticas de baixa emissão de carbono, recuperação de áreas degradadas e integração da tríade lavoura-pecuária-floresta. Paralelamente, a inovação tecnológica voltada para a resolução de questões que envolvem a tríade supracitada tem se consolidado como ferramenta essencial para aumentar a eficiência produtiva e reduzir impactos ambientais.

Ademais, a extensão rural atua como elo entre o conhecimento científico e quem trabalha no campo, promovendo o conhecimento de forma prática: disseminação de tecnologias e práticas sustentáveis, contribuindo para a inclusão social e o fortalecimento da agricultura familiar. Assim, a integração entre políticas públicas, inovação e extensão rural torna-se, mais do que trivial, indispensável para a construção de um modelo de desenvolvimento mais resiliente e sustentável.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo discutir como políticas públicas e inovação podem contribuir para a reconstrução e remodelagem sustentável do eixo rural brasileiro frente às mudanças climáticas, destacando desafios e perspectivas para o futuro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As mudanças climáticas configuram-se hoje como um dos maiores entraves aos sistemas de produção de alimentos em escala mundial. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o aumento na frequência de desastres climáticos coloca em risco a colheita no campo e agrava a fragilidade social das comunidades rurais, sobretudo em nações em desenvolvimento. Nesse contexto, a FAO defende a transição para modelos de agricultura resiliente, fundamentados no uso estratégico da água e na conservação do solo.

No Brasil, a formulação de políticas públicas para o setor rural tem assimilado de forma crescente as metas de preservação ambiental. Um exemplo central é o Plano ABC+, que fomenta métodos produtivos com baixa geração de carbono — como os sistemas integrados e a fixação biológica de nitrogênio —, garantindo que o país cumpra as diretrizes estabelecidas no Acordo de Paris.

O avanço tecnológico, representado por ferramentas como o sensoriamento remoto e a biotecnologia, exerce um papel decisivo na modernização sustentável, permitindo produzir mais com menor impacto ecológico. Para que esses progressos cheguem efetivamente ao campo, a assistência técnica e a extensão rural funcionam como uma ponte indispensável, levando o conhecimento científico até o pequeno produtor e promovendo a justiça social.

Apesar desse potencial transformador, a plena execução dessas estratégias ainda esbarra em obstáculos históricos, como a precariedade da infraestrutura e as disparidades entre as regiões do país. Assim, a viabilidade de um novo modelo rural brasileiro está

condicionada à articulação entre a inovação tecnológica, o fortalecimento das instituições e a participação direta dos atores sociais envolvidos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tríade formada por políticas públicas, inovação tecnológica e extensão rural corresponde a base para a reconstrução e a remodelagem sustentável do espaço rural brasileiro diante dos atuais desafios do setor agrícola, principalmente no que concerne às mudanças climáticas. Cada componente desempenha um papel vital para o desenvolvimento desse processo.

As políticas públicas devem fomentar práticas sustentáveis, participativas, inclusivas, resilientes e produtivas, visando a melhoria da qualidade de vida não apenas do produtor rural, mas do planeta como um todo. Nesse contexto, a inovação tecnológica visa aumentar a produtividade e manter a qualidade dos alimentos ao mesmo tempo que reduz os impactos ambientais.

Desse modo, a extensão desempenha uma papel estratégico ao interconectar os conhecimentos científicos às práticas e saberes locais, promovendo, assim, a inclusão dos produtores rurais diante das inovações tecnológicas. Não obstante, tais ações enfrentam desafios relacionados às desigualdades regionais e acesso limitado às tecnologias.

Logo, é evidente a necessidade de um Estado forte, que busque ampliar as políticas públicas, os investimentos em pesquisa e no desenvolvimento sustentável, a fim de garantir uma oferta de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, ao mesmo tempo que conservam os recursos naturais, por meio de práticas sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano ABC+: Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (2020-2030)*. Brasília, DF: MAPA, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br. Acesso em: 2 maio 2026.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *Climate-Smart Agriculture Sourcebook*. Roma: FAO, [s.d.]. Disponível em: https://www.fao.org/climate-smart-agriculture. Acesso em: 2 maio 2026.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *The State of Food and Agriculture*. Roma: FAO, [s.d.]. Disponível em: https://www.fao.org/publications. Acesso em: 2 maio 2026.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Climate Change Overview*. Nova York: ONU, [s.d.]. Disponível em: https://www.un.org/en/climatechange. Acesso em: 2 maio 2026.

ONUDI – UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION. *Industrial Development Report*. Viena: ONUDI, [s.d.]. Disponível em: https://www.unido.org/resources-publications. Acesso em: 2 maio 2026.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate Change Reports*. Genebra: IPCC, [s.d.]. Disponível em: https://www.ipcc.ch/reports. Acesso em: 2 maio 2026.

SCHNEIDER, Sergio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BUAINAIN, Antonio Márcio et al. *O mundo rural no Brasil do século 21*. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

PÁGINA 27. DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-5

AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IDENTIDADE CULTURAL NO ESPAÇO RURAL

Júlia Torres Lisboa
Universidade Estadual do Ceará (UECE), Faculdade de Veterinária (FAVET) Fortaleza – Ceará
https://lattes.cnpq.br/0184291285192233
https://orcid.org/0009-0007-6689-582X

Virna Costa Santos
Universidade Estadual do Ceará (UECE), Faculdade de Veterinária (FAVET), Fortaleza – Ceará
http://lattes.cnpq.br/8120444405983688

Palavras-chave:
Cultura,
Hibridização,
Identidade

RESUMO

O principal objetivo do artigo analisado foi a discussão da identidade cultural no meio rural, através da análise da agricultura familiar. Com base na revisão de literatura, os autores construíram uma argumentação para questionar o imaginário estereotipado de uma sociedade rural única, destacando a hibridização dos contextos sociais. Esta pesquisa foi realizada na disciplina de Territórios e Identidades Culturais do mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável. A pesquisa teve início em Outubro de 2013 e terminou em Março de 2014, tendo como base a leitura de livros e artigos com os temas: cultura, identidade e agricultura familiar.

FAMILY FARMING AND ITS CULTURAL IDENTITY IN RURAL SPACE

Keywords:
Culture,
Hybridization,
Identity

ABSTRACT

The main objective of this article was to discuss cultural identity in rural areas through the analysis of family farming. Based on a literature review, an argument was constructed to question the stereotypical image of a single rural society, highlighting the hybridization of social contexts. This research was conducted as part of the Territories and Cultural Identities course in the Master's program in Sustainable Rural Development. The research began in October 2013 and ended in March 2014, based on the reading of books and articles on the themes of culture, identity, and family farming.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura é um dos fenômenos mais antigos e estruturantes da civilização humana. Há cerca de dez mil anos, os seres humanos passaram a cultivar plantas e domesticar animais, transformando-se de sociedades coletoras e caçadoras em comunidades agricultoras (MAZOYER; ROUDART, 2010). Desde então, a atividade agrícola foi marcada por mudanças técnicas e produtivas: do uso de ferramentas manuais, como a pá e a enxada, até a automatização dos processos produtivos e a modernização do meio rural.

Ao longo do século XX, a mecanização, o uso de insumos químicos e tecnologias de produção favoreceram amplamente a grande produção, em detrimento dos pequenos produtores. Estes, menos capitalizados e com menor familiaridade e acesso às tecnologias, viram sua renda diminuir e foram progressivamente marginalizados ou expulsos do campo (MAZOYER; ROUDART, 2010). No Brasil, esse processo foi acompanhado por um intenso êxodo rural. A população urbana saltou de 12,8 milhões em 1940 para 160,9 milhões em 2010 (IBGE, 2010). As políticas públicas agrárias, ao privilegiarem os grandes produtores, aprofundaram ainda mais as desigualdades e limitaram o desenvolvimento rural e local (BUAINAIN et al., 2003).

Apesar dessas transformações, a agricultura familiar permaneceu como um importante segmento produtivo, ganhando maior visibilidade em debates políticos e acadêmicos a partir da década de 1990. Inseridos em empresas, mercados, sindicatos, cooperativas e políticas públicas, os agricultores familiares passaram por novas formas de organização econômica, cultural e social.

É nesse contexto que o artigo original de Evandro De Oliveira (2014) formula sua questão central: qual é a identidade cultural da agricultura familiar no período atual? O presente resumo expandido retoma esse tema, aprofundando as discussões teóricas e empíricas do autor, organizadas em torno de quatro eixos: (1) o conceito de agricultura familiar; (2) as características que a constituem; (3) a pluriatividade como vetor de transformação; e (4) a hibridização da identidade cultural dos agricultores familiares.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão de literatura que buscou identificar as características que permeiam o ambiente rural. Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada na disciplina de Territórios e Identidades Culturais, do mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável, iniciada em outubro de 2013 e finalizada em março de 2014, tendo como base a leitura de livros e artigos relacionados aos temas cultura, identidade e agricultura familiar.

Este trabalho busca compreender em quais redes a agricultura familiar está inserida na sociedade contemporânea, ou seja, a pesquisa tem por finalidade analisar como é constituída a identidade cultural dos agricultores familiares na atualidade e de que forma essa identidade é construída no âmbito rural.

Em relação aos aspectos teórico-metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, utilizando obras relacionadas aos temas identidade, cultura e agricultura familiar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O conceito de agricultura familiar

Segundo Abramovay et al. (2005), dentre os países latino-americanos, foi no Brasil que o conceito de agricultura familiar mais ganhou força entre os movimentos sociais, as comunidades científicas e até nas políticas públicas. O autor também afirma que a expressão agricultura familiar não é apenas "um setor social e econômico", mas sim "um valor". Em outras palavras, o conceito reflete as diversas camadas da população rural que foram marginalizadas na história agrária e que, com a criação desse termo, começaram a ser valorizadas pelas políticas agrícolas e pelos setores de pesquisa.

Nesse sentido, a agricultura familiar caracteriza-se por sua natureza multifacetada, envolvendo fatores como o setor econômico, as heranças culturais, a formação histórica dos grupos familiares e as diferentes formas de acesso a recursos e mercados, além de seu valor político, que contribuiu para sua inserção na agenda pública (BUAINAIN, 2006).

Assim, de acordo com Buainain (2006), a agricultura familiar apresenta particularidades relacionadas à gestão do estabelecimento e à organização do trabalho.

3.2 Características da agricultura familiar

Com base nessa concepção, é possível destacar algumas características da agricultura familiar. Segundo Silva (1997), está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Para o autor, o meio rural vem se tornando uma extensão do urbano, deixando de ser definido apenas por práticas agrícolas e pecuárias. Essa "urbanização do meio rural" também atinge a agricultura familiar. Nesse sentido, Buainain (2003) afirma que "a agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo".

Em relação ao aspecto econômico, Abramovay (1990) destaca que a agricultura familiar integrada ao mercado perde parte de seu caráter camponês. Embora o campesinato e a agricultura familiar tenham em comum o uso da mão de obra familiar, existem diferenças sociais importantes entre esses dois segmentos. Enquanto a produção familiar inserida no mercado é orientada pela lucratividade, a agricultura camponesa permanece mais voltada para a subsistência.

Do ponto de vista cultural, Tesche e Machado (2012) destacam a reciprocidade como uma prática ainda presente no meio rural, baseada na ajuda mútua entre famílias. Essa característica contribui para o fortalecimento dos laços cooperativos. Além disso, Finatto e Salamoni (2008) ressaltam a forte relação do produtor com sua propriedade, muitas vezes herdada e mantida pela mesma família ao longo de gerações.

Outro aspecto importante é a organização coletiva. Abramovay et al. (2005) apontam que associações e cooperativas formadas por agricultores familiares apresentam características diferentes das empresas capitalistas tradicionais, especialmente por favorecerem a cooperação e a comercialização dos produtos. Os autores também destacam que, a partir da década de 1990, esse grupo passa a atuar de forma mais organizada, reivindicando melhores condições de produção e comercialização.

Por fim, no campo político, observa-se que muitos agricultores participam de movimentos e espaços políticos, buscando maior representatividade e acesso a políticas públicas.

3.3 Pluriatividade no meio rural

A pluriatividade, segundo o conceito de Schneider (2003), pode ser definida como sendo um fenômeno social do meio rural, no qual os integrantes das famílias agrárias exercem diferentes atividades que não são necessariamente relacionadas às práticas agrícolas, ainda que permaneçam vivendo no campo.

No entanto, o autor enfatiza a problemática do equívoco comum em definir pluriatividade como sendo apenas as outras formas de obtenção de renda externa à propriedade rural, tal conceito é impreciso pois não apresenta os outros fatores que levam à decisão dos agricultores de trabalharem fora da agricultura. Dentre estas possibilidades de atividades destaca-se a prestação de serviços manuais, o emprego temporário em indústrias e participações no setor terciário.

Silva (1997) revela que no cenário rural ainda são encontrados: prestação de serviços pessoais, comércio, turismo rural, lazer (como pesque-pague e chácaras), bens de saúde, etc., destacando que o meio rural não é apenas local agrário, mas de outras formas de geração de renda.

3.4 Identidade cultural da agricultura familiar

Com as características apresentadas, é possível notar o cenário híbrido da identidade cultural agrária. Segundo Ortiz (1996) a identidade não possui existência real, mas virtual, na qual se refere e se explica diversas categorias de coisas. Portanto, o conceito de identidade aplicada ao contexto do artigo, seria a essência do indivíduo, algo emancipatório e bem definido. A identidade necessita de uma referência, como a cultura, etnia, nação.

Hall (2003) elabora sua percepção voltada para a ótica do sujeito pós-moderno, supondo que este seria constituído por várias Identidades simultaneamente, que seriam contraditórias ou não, de caráter temporal e mutáveis a partir do meio no qual o indivíduo está inserido.

Sobre o conceito de hibridização, segundo Canclini (2006) na obra "Culturas Híbridas", aponta a relação do conceito com a biologia. Apesar de nas ciências biológicas híbridos serem infecundos, nas ciências sociais as alianças geram novas práticas socioambientais. Portanto, é definido como sendo o conjunto de processos nos quais práticas separadas se combinam para formar novas estruturas.

A hibridização pode ocorrer por meio de migrações, intercâmbio, etc., ou mesmo na rotina diária de comunicação entre pessoas e desenvolvimentos de novos saberes, sejam eles técnicos, profissionais, culturais ou tecnológicos.

Relativo à cultura, Bauman (2012) afirma que teria um caráter ao mesmo tempo conservacionista, preservando e perpetuando, e mutável, apresentando a inovação e criatividade. Portanto, ele enfatiza que a cultura possuiria uma face característica do ser humano, já que este é o único de todos os seres vivos capaz modificar sua própria realidade, buscando sentido mais profundo para sua vida, em busca do próprio bem e da verdade, sendo uma prática individual ou coletiva.

A criação de regras restritivas resulta na ordem cultural, sendo um comportamento característico dos indivíduos. A cultura é criada pela liberdade, mas limita esta liberdade, pois ordena o ambiente humano e padroniza as relações.

Segundo o exposto, os autores do presente artigo argumentaram que a inserção da agricultura familiar no mercado urbanizado foi possibilitada pela aquisição de diferentes saberes, atividades e costumes. Assim, incorporou-se também aos indivíduos do meio rural a racionalidade do lucro, associando seus produtos próprios às vendas em associações e feiras, visando retorno econômico para sua sobrevivência.

Canclini (2006) supõe três formas de hibridização, das quais a mestiçagem foi destacada no artigo. A mestiçagem é a fusão de culturas distintas, misturando-se hábitos e costumes, podendo acontecer no meio comercial de agroindústrias ou mesmo no turismo, etc.

Atualmente, observa-se que os produtores possuem identidades por necessidade e outras por exigência do meio cultural, sendo além de agricultores, também comerciantes, vendedores, negociadores, administradores, etc. Estas identidades fazem parte da pluriatividade existente nas unidades familiares rurais.

Apesar da hibridização, existe também a perpetuidade dos costumes, como por exemplo a produção artesanal de queijos e geleias, que apesar de se manter, mudou a lógica de produção, já que agora se direciona não só para subsistência, mas para o comércio.

O artigo destaca ainda que aspectos como o conhecimento científico, vindo dos filhos de agricultores que estudam e voltam à propriedade com novos saberes, e a política também permeiam a agricultura familiar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória discutida por Evandro De Oliveira (2014) evidencia que a agricultura familiar não pode ser compreendida como uma categoria cultural homogênea ou estática. Ao contrário, trata-se de uma realidade marcada por transformações históricas, econômicas e sociais que redefiniram continuamente as condições de vida e trabalho no meio rural.

No contexto contemporâneo, a inserção da agricultura familiar no mercado capitalista e a ampliação da pluriatividade intensificaram os processos de hibridização cultural no campo. Os agricultores familiares passaram a estabelecer relações com cooperativas, mercados, sindicatos, políticas públicas e diferentes formas de conhecimento, incorporando novas práticas e funções sociais.

Conforme argumenta Oliveira (2014), apoiado em Hall (2003), as identidades rurais são moldadas pelo meio cultural em que os sujeitos estão inseridos. Assim, em um contexto híbrido, os agricultores familiares assumem múltiplas identidades, conciliando tradições camponesas, atividades comerciais e novos saberes técnicos. Nesse sentido, a hibridização cultural não representa o desaparecimento da identidade da agricultura familiar, mas sim sua reconfiguração.

O artigo reforça, portanto, a importância de compreender o meio rural a partir de uma perspectiva interdisciplinar, capaz de reconhecer a diversidade cultural, social e produtiva presente na agricultura familiar brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores, Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 1990. 376, p. Tese.UNICAMP. Campinas.

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRÖDER, Mônica. **A agricultura familiar entre o setor e o território.** São Paulo: USP, 2005. Disponível em: http://www.oikonomika.com.br/artigos/A%20agricultura%20familiar_entre_o%20setor%20e%20o%20territorio.pdf . Acesso em: 12 mai. 2026.

BAUMAN, Z. **Ensaios sobre o Conceito de Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

BUAINAIN,A,M. et al. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural.** Porto Alegre.2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf >> Acesso em: 12 mai. 2026.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução de Heloísa Pezza Cintra e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2003.

FINATTO, R, A; SALAMONI,G. **Agricultura Familiar e Agroecologia: Perfil da Produção de Base Agroecológica do Município de Pelotas/RS.** Uberlândia.2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132008000200012&script=sci_arttext> Acesso em: 12 mai. 2026.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A EDITORA, 7ª ed, 2003.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br. Acesso em: 17 mai. 2026.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea.** São Paulo: Unesp, 2010.

OLIVEIRA, E. De. **Agricultura Familiar e sua Identidade Cultural no Espaço Rural**. Revista Ciências Humanas – UNITAU, Taubaté, v. 7, n. 2, p. 173-188, jul./dez. 2014.

ORTIZ, Renato. **Modernidade-mundo e identidades**. In: ORTIZ, Renato. Um outro território: ensaios sobre a mundialização. São Paulo: Olho d'água, 1996.

SCHNEIDER, S. **Teoria Social, Agricultura Social e Pluriatividade.** 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf. Acesso em: 17 jan. 2026.

SILVIA, J,G. **O Novo Rural Brasileiro**. Belo Horizonte. 1997. Disponível em: <http://www.geografia.ffich.usp.br/graduacao/apolo/Apolo/Apolo_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf> Acesso em: 12 mai. 2026.

TESCHE,R,W; MACHADO,J,A,D. **A Importância da Reciprocidade no Desempenho Socioeconômico da Agricultura Familiar.** Santa Cruz do Sul. 2012. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/1563> Acesso em: 12 mai. 2026.

PÁGINA 35. DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-6

RURALIDADE: NOVAS IDENTIDADES EM CONSTRUÇÃO

Emeline Borges Melo
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
ORCID ID: 0009-0005-1988-3696

Julia Maria Gomes da Costa
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
https://lattes.cnpq.br/3983068346900267

Suelen Pereira Bezerra
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
https://orcid.org/0009-0006-0801-0133

Palavras-chave:
Ruralidade;
Pluriatividade;
Urbanização;
Modernização;
Identidade

RESUMO

O espaço rural passou por transformações sociais, econômicas e culturais que modificaram sua organização e sua relação com o meio urbano. Dessa forma, o campo deixou de ser visto apenas como local de produção agrícola, passando a assumir novas funções e significados sociais. Com isso, surgem novas identidades sociais marcadas pela diversidade e pela aproximação entre elementos rurais e urbanos. A metodologia foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, com abordagem descritiva e qualitativa, baseada na leitura e análise do texto *"Ruralidade: novas identidades em construção"*, de Maria José Carneiro. Assim, o trabalho busca compreender as transformações do espaço rural e as novas formas de organização e vivência no campo contemporâneo.

RURALITY: NEW IDENTITIES UNDER CONSTRUCTION

Keywords:
Rurality;
Pluriactivity;
Urbanization;
Modernization;
Identity

ABSTRACT

Rural areas have undergone social, economic, and cultural transformations that have modified their organization and their relationship with the urban environment. As a result, the countryside is no longer seen solely as a place of agricultural production, but has taken on new social functions and meanings. This has led to the emergence of new social identities marked by diversity and the convergence of rural and urban elements. The methodology employed was bibliographic research, with a descriptive and qualitative approach, based on the reading and analysis of the text "Rurality: New Identities Under Construction," by Maria José Carneiro. Thus, this work seeks to understand the transformations of rural space and the new forms of organization and experience in the contemporary countryside.

1 INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no espaço rural ao longo das últimas décadas têm provocado mudanças significativas nas relações sociais, econômicas e culturais do campo. O avanço da modernização agrícola, aliado ao processo de urbanização e à expansão da lógica capitalista, modificou não apenas os sistemas produtivos, mas também a forma como o meio rural é compreendido e vivenciado. Nesse contexto, o rural deixa de ser visto exclusivamente como espaço de produção agrícola e passa a incorporar novas funções relacionadas ao lazer, turismo, preservação ambiental e qualidade de vida.

A partir desse cenário, surgem discussões acerca da relação entre o rural e o urbano, especialmente sobre a permanência de identidades camponesas diante das influências da industrialização e da globalização. Estudos recentes demonstram que a agricultura familiar e a chamada cultura camponesa não desapareceram com a modernização, mas passaram por processos de adaptação e ressignificação. Dessa forma, o campo contemporâneo caracteriza-se pela pluralidade de atividades e pela integração entre práticas tradicionais e modernas.

No Brasil, tais mudanças tornam-se evidentes com a ampliação das atividades não agrícolas no meio rural, o crescimento da pluriatividade e o desenvolvimento do turismo rural. Essas transformações revelam uma reorganização do espaço rural, marcada pela diversificação econômica e pela aproximação entre campo e cidade.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo discutir as transformações do espaço rural contemporâneo, analisando os impactos da modernização, da urbanização e da pluriatividade sobre a agricultura familiar, a cultura camponesa e as novas funções desempenhadas pelo meio rural na sociedade atual.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com a urbanização, além dos residentes do campo se mudarem para a cidade, moradores urbanos passaram a migrar para a zona rural, levando seus valores para o meio rural, modernizando a produção, mas não necessariamente as relações sociais. Os espaços rurais e urbanos, ao longo do tempo, passaram a se misturar, pois a ruralidade se transforma a partir da combinação entre costumes tradicionais e novidades urbanas, assim como a cidade também absorve elementos da cultura rural. Mesmo com a modernização, a localidade, entendida como o sentimento de pertencimento a um lugar, ainda permanece forte na zona rural.

O turismo rural surge como importante estratégia de reestruturação econômica e social das comunidades rurais. A promoção de festas, eventos culturais e atividades de lazer amplia as possibilidades de renda e fortalece as redes de sociabilidade entre moradores e visitantes. Nesse processo, ocorre uma integração entre elementos tradicionais e modernos, permitindo que práticas culturais do passado sejam reinterpretadas e utilizadas como atrativos turísticos.

As chamadas "festas da aldeia" e "festas camponesas" representam exemplos desse fenômeno, pois articulam tradição, identidade e turismo. Essas manifestações culturais evidenciam a reconstrução da identidade rural em um contexto de valorização econômica da cultura local. Ao mesmo tempo em que preservam símbolos e costumes tradicionais, também incorporam estratégias voltadas ao consumo, ao lazer e à atração turística, demonstrando a influência crescente da lógica capitalista sobre o espaço rural.

A identidade rural é construída por meio da memória coletiva, que continua sendo transmitida ao longo das gerações. Utilizando como exemplo uma aldeia nos Alpes franceses e comunidades rurais de Nova Friburgo (RJ), o texto demonstra que o turismo vem transformando o campo ao proporcionar novas formas de trabalho, aumento da renda, contato com pessoas externas, ampliação da sociabilidade, valorização de saberes tradicionais e fortalecimento da identidade rural. Todavia, essa transformação da tradição acaba convertendo a cultura em espetáculo e mercadoria.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações que aconteceram no espaço rural nas últimas décadas mostraram que o espaço do campo deixou de ser compreendido apenas como um espaço de produção agrícola, mas também começou a desempenhar muitas funções sociais, econômicas e culturais. Com a modernização agrícola, a urbanização contribuiu para grandes mudanças na produção e nas relações entre o rural e o urbano.

Assim, é possível observar que, mesmo diante do avanço da modernização e da globalização, a agricultura familiar e a cultura camponesa não desapareceram, mesmo sofrendo adaptações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

CARNEIRO, Maria José. Les Paysans des Sept Laux: la construction d'un nouvel ordre social. Paris: EHESS, 1993.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no campo: o caso francês. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 32, ano 11, out. 1996.

CARNEIRO, Maria José. Sociabilidade e modernização em uma aldeia dos Alpes. Comunicações em Antropologia Social, Rio de Janeiro, n. 6, 1996.
DE PAULA, Silas Guedes. Campo e cidade: a cultura country no Brasil contemporâneo. 1995.

DUBY, Georges; WALLON, Armand (org.). Histoire de la France rurale. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. Sul: o caminho do roçado. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB; CNPq, 1989.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

IANNI, Octavio. A era do globalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KAYSER, Bernard. La renaissance rurale. Paris: Armand Colin, 1990.

LEFEBVRE, Henri. La révolution urbaine. Madrid: Alianza Editorial, 1972.

LÉVI, Giovanni. Le pouvoir au village. Paris: Gallimard, 1989.

LOVISOLO, Hugo. Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação. Campinas: UNICAMP, 1989.

MENDRAS, Henri. Sociologie de la campagne française. Paris: PUF, 1959.

MENDRAS, Henri. La fin des paysans. Paris: Colin, 1976.

RAMBAUD, Placide. Société rurale et urbanisation. Paris: Seuil, 1969.

RAMBAUD, Placide. Un village de montagne: Albiez-le-vieux, en Maurienne. Paris: Librairie de la Nouvelle Faculté, 1981.

PÁGINA 39. DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-7

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS IMPACTOS SOBRE O TRABALHO

Jhenifer Gomes Marques
Universidade Estadual do Ceará
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0394818560850548

Clara Beatriz do Nascimento Souza
Universidade Estadual do Ceará
Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/3219990682096354

Emanuel Sidney Carvalho Rocha
Universidade Estadual do Ceará
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7191967026798901

Palavras-chave:
Agricultura;
Modernização;
Conservadora;
Impactos Sociais

RESUMO

Com a modernização da agricultura no Cerrado goiano a partir da década de 1970, com intensificação nos anos 80 e 90, houve uma série de impactos sobre o trabalho rural. A imposição da racionalidade técnica e científica, possibilitada pelo Estado e pelo capital agroindustrial-financeiro, modificou as paisagens naturais em grandes lavouras monoculturas de soja e milho para exportação. Esse processo resultou em subproletarização, desqualificação, desemprego, além da desterritorialização de famílias, que se concentraram precariamente nos centros urbanos. A modernização foi conservadora, mantendo a concentração fundiária e redefinindo a relação cidade-campo intensificando a precarização do trabalho.

THE MODERNIZATION OF AGRICULTURE AND ITS IMPACTS ON LABOR

Keywords:
Agriculture;
Conservative;
Modernization;
Social Impacts

ABSTRACT

Rural areas have undergone social, economic, and cultural transformations that have modified their organization and their relationship with the urban environment. As a result, the countryside is no longer seen solely as a place of agricultural production, but has taken on new social functions and meanings. This has led to the emergence of new social identities marked by diversity and the convergence of rural and urban elements. The methodology employed was bibliographic research, with a descriptive and qualitative approach, based on the reading and analysis of the text "Rurality: New Identities Under Construction," by Maria José Carneiro. Thus, this work seeks to understand the transformations of rural space and the new forms of organization and experience in the contemporary countryside.

1 INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva do capital, intensificada no momento de crise do padrão fordista e emergência financeira nos anos 1970, promoveu profundas alterações nas relações entre sociedade, trabalho e território. No Brasil, essa reconfiguração assumiu contornos no espaço agrário, especialmente nas regiões de fronteira agrícola. O Cerrado brasileiro visto como uma área de baixa produtividade, foi palco de uma forte intervenção estatal e privada, com a criação de estradas, criação de programas como o POLOCENTRO e o PROCEDER e o incentivo a vinda de grandes empresas rurais, principalmente vindas do Sul do país, transformou-se em uma das principais regiões agroexportadoras do mundo.

Entretanto, essa modernização foi feita de uma forma que os autores chamam de "modernização conservadora". Isso significa que, apesar de ter entrado muita tecnologia como os agrotóxicos, máquinas e biotecnologia, a estrutura da terra continuou a mesma, muita terra na mão de poucos. Não houve uma reforma agrária, pelo contrário, aprofundou a exclusão social e a degradação ambiental, quem já tinha pouco, perdeu o pouco que tinha e continuou sem acesso à terra. A prioridade foi a monocultura de soja e milho destinados à exportação, como resultados houve uma expulsão em massa de famílias do campo, o que Mendonça denomina desterritorialização, e passaram a se aglomerar nas periferias dos centros urbanos ou migraram para novas fronteiras como a Amazônia.

No Sul Goiano, os impactos foram mais intensos. A região apresenta relevo plano,o que facilitou a mecanização e adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, além da proximidade com os mercados do Centro-Sul e tradição agropecuária local, por isso virou uma das primeiras áreas do Cerrado a adotar o cultivo de soja em larga escala. Porém, as consequências ambientais e sociais foram sérias, trabalhadores rurais perderam o emprego, crescimento do trabalho temporário e precarizado (bóias-rias), cidades pequenas cresceram de forma desordenada e o meio ambiente sofreu com o desmatamento, erosão, assoreamento e contaminação por agrotóxicos.

Diante desse cenário, a análise aqui sintetizada busca responder a uma pergunta central: de que forma a modernização da agricultura no Cerrado goiano transformou as relações de trabalho e o território rural.

2 METODOLOGIA

Mendonça usou uma abordagem qualitativa e crítica, sem focar em estatísticas pesadas mas sim na interpretação dos processos sociais, fundamentado em revisão bibliográfica de autores como Ricardo Antunes, Ruy Moreira, Antonio Thomaz Jr. e Paulo Alentejano, que discutem a crise do capital e as transformações no mundo do trabalho. Foram utilizados dados secundários do IBGE (Censos Agropecuários de 1985 e 1996) que mostraram que o número de trabalhadores rurais caiu 23% em Goiás nesse período.

Ele também analisou documentos de programas governamentais, como o POLOCENTRO e o PROCEDER, e relatórios da WWF sobre impactos ambientais. A análise geográfica foca a especialização dos fenômenos no território goiano, buscando desvendar as novas configurações socioespaciais resultantes da modernização.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A modernização da agricultura no Cerrado goiano não aconteceu apenas como uma mudança técnica no modo de produzir. Ela foi, antes de tudo, uma mudança na forma de organizar as terras, o trabalho e a própria vida no campo. A introdução de maquinários, defensivos agrícolas, fertilizantes, sementes melhoradas, crédito rural e programas de incentivo à ocupação do Cerrado transformou rapidamente a paisagem rural. Porém, esse avanço não chegou para todos da mesma forma. O que se observa é que a modernização beneficiou principalmente os grandes produtores e empresas rurais, enquanto pequenos agricultores e trabalhadores ficaram cada vez mais pressionados ou foram expulsos do campo, se refugiando nas cidades ou subempregos em grandes latifúndios.

No Sul Goiano a facilidade para mecanização, por conta da proximidade com os mercados consumidores e da atuação do Estado na construção de infraestrutura, a região foi sendo incorporada à lógica do agronegócio, principalmente com a expansão da soja e do milho. O problema é que essa incorporação não significou desenvolvimento social para todos, pelo contrário, ela reforçou a concentração da terra e o domínio de grandes empreendimentos sobre o território.

Nesse sentido, houve a modernização das máquinas, da produção e da circulação de mercadorias, mas não houve democratização do acesso à terra. A terra continuou concentrada e, em muitos casos, ficou ainda mais difícil para o pequeno produtor permanecer no campo. Quem não tinha capital para comprar máquinas, investir em insumos ou acessar

crédito foi sendo empurrado para fora desse novo modelo produtivo. Assim, a modernização não rompeu com os problemas antigos do campo brasileiro, ela apenas deu uma nova forma a eles.

A mecanização reduziu a necessidade de trabalhadores permanentes nas propriedades, principalmente nas atividades que antes dependiam de maior quantidade de mão de obra. Com isso, muitos trabalhadores perderam o vínculo direto com a terra e passaram a depender de trabalhos temporários, sazonais e mal remunerados. A figura do bóia-fria aparece nesse contexto como expressão da precarização do trabalho. Não se trata apenas de um trabalhador "sem emprego fixo", mas de alguém que foi colocado numa posição instável dentro da própria lógica da agricultura moderna é necessário em alguns momentos da produção, mas descartável em outros.

Os dados usados por Mendonça reforçam esse processo. A partir dos Censos Agropecuários do IBGE, o autor aponta uma queda de aproximadamente 23% no número de trabalhadores rurais em Goiás entre 1985 e 1996. Esse dado é importante porque mostra que a modernização não significou apenas aumento da produtividade, mas também redução da presença de trabalhadores no campo. Ou seja, o campo passou a produzir mais, mas com menos trabalhadores, e muitos dos que permaneceram passaram a ocupar funções mais instáveis e precarizadas.

Essa transformação também provocou a desterritorialização de várias famílias. Muitos trabalhadores e pequenos produtores perderam as condições de continuar vivendo da terra e migraram para centros urbanos ou para novas fronteiras agrícolas, como a Amazônia. No entanto, essa saída do campo não significou melhora automática de vida. Em muitos casos, essas famílias foram morar nas periferias das cidades, enfrentando desemprego, moradia precária e dificuldade de inserção no mercado de trabalho urbano. Assim, o problema rural acabou se transformando também em problema urbano.

A atuação do Estado aparece como um ponto central nessa discussão. A modernização do Cerrado não foi um processo espontâneo, causado apenas pela vontade dos produtores. Ela foi incentivada por políticas públicas, crédito rural, programas governamentais e construção de infraestrutura. Programas como o POLOCENTRO e o PRODECER tiveram papel importante na ocupação produtiva do Cerrado e na atração de grandes produtores e empresas. Porém, esses incentivos não foram distribuídos de forma igualitária. Na prática, favoreceram mais os grupos que já tinham condições econômicas de investir, enquanto os pequenos produtores ficaram à margem desse processo.

Além das mudanças sociais e trabalhistas, os impactos ambientais também foram significativos. A expansão da monocultura, principalmente da soja e do milho, contribuiu para o desmatamento do Cerrado, erosão dos solos, assoreamento dos cursos d'água e uso intensivo de agrotóxicos. O ambiente passou a ser tratado como base para a produção em larga escala, muitas vezes sem considerar seus limites naturais. Dessa forma, a modernização agrícola não alterou apenas as relações sociais, mas também o equilíbrio ambiental da região.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho demonstra que a modernização da agricultura no Cerrado goiano ocorreu de forma desigual, reforçando a chamada modernização conservadora.

Nas relações de trabalho, a mecanização reduziu drasticamente a necessidade de mão de obra, provocando grande queda no número de trabalhadores rurais e fortalecendo vínculos precários. A figura do "bóia-fria" torna real essa cena, representando uma força de trabalho instável e vulnerável que é a demanda nos períodos de lavoura e descarte.

No aspecto territorial, políticas como o POLOCENTRO e o PROCEDER favoreceram grandes empresários, enquanto pequenos produtores foram forçados a abandonar o campo. Isso contribuiu para o crescimento das periferias urbanas e para o agravamento da crise social. Além disso, a expansão do agronegócio no Cerrado trouxe graves impactos ambientais, como desmatamento, erosão e contaminação por agrotóxicos.

Conclui-se, portanto, que a modernização agrícola beneficiou principalmente os interesses do mercado externo, ampliando a concentração de terras, a precarização do trabalho e a degradação ambiental.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

MELO RISK, Eloah Nascimento Vaz de. O perfil do bóia-fria. Cadernos CERU, São Paulo, série 2, v. 21, n. 1, p. 115-130, jun. 2010.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. Pegada, Presidente Prudente, v. 3, n. especial, p. 1-16, maio 2002. DOI: 10.33026/peg.v3i0.789.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. Investigaciones Geográficas, Ciudad de México, n. 55, p. 97-121, dez. 2004. DOI: 10.14350/rig.30113.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, José Graziano da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1996.

WWF. Expansão agrícola e perda da biodiversidade no cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional. Brasília: WWF, 2000. Documento WWF, Série Técnica, v. VII.

PÁGINA 45. DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-8

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL E INOVAÇÕES CONCEITUAIS: LIMITES E POTENCIALIDADES

Cecília Raquel Veras Pereira
Universidade Estadual do Ceará - UECE, FAVET - Ceará
http://lattes.cnpq.br/0937621055098290

Samuel Pereira de Souza
Universidade Estadual do Ceará - UECE, FAVET - Ceará
http://lattes.cnpq.br/6923491990599812

Vitória Hellen Braga da Silva
Universidade Estadual do Ceará - UECE, FAVET - Ceará
http://lattes.cnpq.br/0677123369127402

Palavras-chave:
Extensão rural;
PNATER;
Agricultura familar;
Agroecologia;
Políticas públicas

RESUMO

Este estudo analisa as potencialidades e os limites institucionais da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). O objetivo da pesquisa é compreender o contexto sociopolítico de emergência dessa política e discutir as contradições entre suas diretrizes conceituais e a realidade prática de sua implementação. A metodologia adotada possui abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, estruturada por meio de análise documental do texto oficial da política de 2004 e de revisão de literatura baseada na vertente de Dias (2008). Os principais resultados indicam que, como potencialidade, a PNATER inovou ao focar o atendimento na agricultura familiar e na transição agroecológica. Contudo, sua efetivação enfrenta sérios limites operacionais, como a formação dos extensionistas ainda atrelada aos paradigmas produtivistas da Revolução Verde, a descontinuidade administrativa e a fragmentação institucional gerada pelo embate estrutural entre o MAPA e o MDA. Como conclusão, constata-se que esses entraves limitam as experiências exitosas a ações locais e isoladas. Para superá-los e expandir a política de forma sistêmica, conclui-se ser indispensável assegurar financiamento estável, articulação interfederativa e formação continuada aos agentes de extensão.

Keywords:
Rural extension;
PNATER;
Family farming;
Agroecology;
Public policies

PUBLIC POLICIES FOR RURAL EXTENSION AND CONCEPTUAL INNOVATIONS: LIMITS AND POTENTIALS

ABSTRACT

Rural areas have undergone social, economic, and cultural transformations that have modified their organization and their relationship with the urban environment. As a result, the countryside is no longer seen solely as a place of agricultural production, but has taken on new social functions and meanings. This has led to the emergence of new social identities marked by diversity and the convergence of rural and urban elements. The methodology employed was bibliographic research, with a descriptive and qualitative approach, based on the reading and analysis of the text "Rurality: New Identities Under Construction," by Maria José Carneiro. Thus, this work seeks to understand the transformations of rural space and the new forms of organization and experience in the contemporary countryside.

1 INTRODUÇÃO

A extensão rural possui papel fundamental no desenvolvimento das atividades agropecuárias, tendo uma atuação de aproximação entre o conhecimento técnico e os produtores rurais inseridos nesse contexto. Nesse cenário, na década de 1970, o processo extensivo rural estava fortemente associado à modernização agrícola, à contínua introdução de máquinas e tecnologias voltadas para a tecnificação do campo de forma gradual e ao aumento constante da produtividade ligados, portanto, ao cenário da Revolução Verde. Entretanto, nesse viés, esse modelo de desenvolvimento adotou o difusionismo e contribuiu de forma massiva para o surgimento de diversos problemas sociais e ambientais, como a exclusão de pequenos agricultores, a concentração de terras e os impactos causados ao meio ambiente. Assim, o processo de desigualdade social foi amplamente disseminado no campo, visto que de acordo com Freire (1983), os processos extensionistas tradicionais tendiam a desconsiderar os conhecimentos e experiências dos agricultores, priorizando a simples transferência técnica de informações, sendo prejudicial para a construção de práticas mais participativas e democráticas no meio rural, além de reforçar relações verticalizadas entre os agentes extensionistas e os produtores agrícolas.

A partir do processo de democratização, na década de 1980, os danos desenvolvidos pelo contexto citado anteriormente foram percebidos e foi promovida uma ampla diversificação dos serviços extensionistas no campo mediante a ação de ONG's, movimentos sociais acadêmicos e militantes políticos. Dessa forma, o pensamento crítico da extensão rural foi obtendo alterações graduais com a formulação de políticas públicas que desenvolveram inovações extensionistas inovadoras com a inclusão de agricultores mais pobres, bem como com uma maior preocupação com a agroecologia sustentável e menos dependente de grandes empresas, concretizando com a criação da primeira Política Pública voltada para os pequenos produtores: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf). Havia, neste caso, um claro incentivo à definição de um público específico para os serviços públicos de extensão rural: a agricultura de base familiar. Um incentivo que contrastava com o tipo de formação profissional dos extensionistas, geralmente direcionada à agricultura moderna e empresarial, baseada nos preceitos da revolução verde (LEAL & BRAGA, 1997).

Sob essa óptica, a partir dessas discussões e do desenvolvimento do pronaf, surgiram propostas públicas, a partir de 2003, no Governo Lula, voltadas para uma reformulação da extensão rural brasileira, buscando, nesse contexto, superar o modelo

tradicional excludente e baseado unicamente no aumento da produtividade agrícola sem considerar a agroecologia e a população rural. Nesse cenário, foi criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), fundamentada em princípios como sustentabilidade, valorização da agricultura familiar, participação social e incentivo à agroecologia sustentável, com a participação social e crítica dos agricultores rurais. A proposta trouxe uma nova concepção de desenvolvimento rural, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também as dimensões múltiplas inerentes aos contextos sociais, culturais e ambientais do campo.

Todavia, apesar das mudanças propostas, o processo de implementação dessa política passou a levantar diferentes questionamentos relacionados à sua efetivação prática, visto que, embora a PNATER tenha representado um avanço importante ao propor uma atuação mais participativa e sustentável da agroecologia do campo, conforme aponta Dias (2008), ainda há necessidade de estudos capazes de compreender "os limites e as possibilidades desta proposta", haja vista que a implementação dessa política ainda enfrenta desafios relacionados à estrutura institucional e à consolidação de práticas agroecológicas no meio rural. Entre os principais debates discutidos revela-se a discussão acerca da PNATER enquanto política pública de extensão rural, a qual critica a agricultura moderna e tece críticas ao papel fragmentado e impreciso do extensionista. Além disso, nesse viés, também têm sido apontadas as dificuldades estruturais inerentes à aplicação dessa política pública no contexto dos serviços de assistência técnica, da permanência de práticas tradicionais de extensão rural e dos obstáculos para a consolidação de modelos agroecológicos em diferentes realidades rurais. Assim, o debate em torno da PNATER envolve tanto suas potencialidades para a construção de um desenvolvimento rural mais inclusivo e sustentável quanto os limites encontrados para transformar essas propostas em ações efetivas.

Diante do cenário em debate exposto, o objetivo deste referido estudo é analisar as potencialidades e os limites institucionais da PNATER, compreendendo o contexto sociopolítico de sua emergência e discutindo as contradições existentes entre suas diretrizes conceituais e a realidade prática de sua implementação, fundamentando-se na revisão de literatura proposta por Dias (2008).

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, estruturada a partir dos pressupostos da análise documental e da revisão de literatura sociopolítica. O arcabouço metodológico baseia-se na abordagem proposta por Dias (2008) para a avaliação de políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), articulando o contexto histórico, as disputas de projetos políticos e os limites operacionais de sua implementação.

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico para compreender a transição dos modelos de intervenção estatal no Brasil, dividida em três períodos teóricos: o paradigma difusionista da década de 1970 e os pacotes da Revolução Verde, criticados por Brandenburg (1993) e por Altieri e Masera (1997); a descentralização e crise institucional da década de 1990, com a extinção da Embrater e a emergência de metodologias participativas via Organizações Não Governamentais (ONGs) (DIAS, 2004; MÜLLER, 1989); e a dualidade de modelos a partir de 2003, expressa no embate entre o agronegócio de commodities do MAPA e a agricultura familiar do MDA (LUZZI, 2005; DUARTE; SILIPRANDI, 2006). Na sequência, efetuou-se a análise documental do texto oficial da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) de 2004 como uma arena de disputa de projetos políticos (FARIA, 2003), avaliando-se os eixos conceituais de público prioritário na agricultura familiar (GARCIA, 1989; MARTINS, 1991), a matriz tecnológica baseada na transição agroecológica e o modelo de gestão social compartilhada.

Por fim, os dados foram submetidos à análise de conteúdo crítica orientada pelo binômio de limites e potencialidades (DIAS, 2008), investigando-se a sociogênese da política (OFFE, 1984; SOUZA, 2006), o papel do extensionista como promotor do desenvolvimento e de direitos sociais (SEN, 1999), a fragmentação da ação profissional (DIESEL et al., 2006) e as condições operacionais de legitimação institucional da ATER perante o Estado e a sociedade (DUARTE; SILIPRANDI, 2006)

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme delineado na literatura especializada, a trajetória da extensão rural no Brasil foi marcada por um modelo difusionista de modernização produtiva, que priorizava a transferência de pacotes tecnológicos da Revolução Verde aos agricultores (DIAS, 2008). Esse processo gerou sérios problemas socioambientais, como concentração de terras, êxodo rural e degradação ambiental, além de ter marginalizado os pequenos agricultores (GRISA & SCHNEIDER, 2016). A construção das políticas de desenvolvimento rural no país, incluindo as de assistência técnica, é caracterizada por disputas entre diferentes coalizões de atores, sendo a agricultura familiar reconhecida como público prioritário apenas a partir dos anos 2000 (GRISA & SCHNEIDER, 2016).

As consequências do modelo difusionista não se limitaram aos aspectos produtivos. A imposição de tecnologias externas desconsiderava os conhecimentos tradicionais dos agricultores e as especificidades de cada território, gerando dependência de insumos externos e aprofundando a vulnerabilidade das famílias rurais (SABOURIN *et al.*, 2020). Esse padrão de desenvolvimento rural, baseado na homogeneização das práticas agrícolas, revelou-se insustentável do ponto de vista ecológico e social, exigindo uma reorientação das políticas públicas (CAPORAL & RAMOS, 2023).

Após a redemocratização, organizações não governamentais e movimentos sociais passaram a questionar o modelo tradicional de extensão, propondo abordagens mais participativas e voltadas aos agricultores mais pobres (PIRAUX & COUDEL, 2021). Metodologias participativas têm mostrado resultados positivos na promoção da transição agroecológica, mas ainda esbarram na lógica difusionista predominante nas instituições públicas (PIRAUX & COUDEL, 2021). Com a extinção da Embrater em 1990, os serviços de extensão tornaram-se descentralizados, o que abriu espaço para inovações, mas também gerou descontinuidades (DIAS, 2008).

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), instituída em 2004, representou uma tentativa de reorientar a extensão rural para a agricultura familiar e para os princípios agroecológicos (CAPORAL & RAMOS, 2023). No entanto, a implementação da abordagem agroecológica enfrenta resistências institucionais e limitações na formação dos extensionistas, que ainda são majoritariamente orientados pelos paradigmas da Revolução Verde (NIEDERLE *et al.*, 2019). Além disso, políticas de extensão rural orientadas à agroecologia dependem fortemente de continuidade administrativa e de

capacitação técnica dos agentes, fatores frequentemente interrompidos por mudanças de governo (SABOURIN *et al.*, 2020).

A dualidade entre dois ministérios, MAPA, voltado ao agronegócio, e MDA, focado na agricultura familiar, reflete a disputa estrutural por recursos e prioridades nas políticas de desenvolvimento rural (CAPORAL & RAMOS, 2023). Essa fragmentação institucional dificulta a construção de uma estratégia nacional unificada para a extensão rural, especialmente quando os governos oscilam entre diferentes orientações políticas (SABOURIN *et al.*, 2020). Como resultado, os serviços de Ater frequentemente sofrem com cortes orçamentários e descontinuidades programáticas, comprometendo a confiança dos agricultores na política pública (NIEDERLE *et al.*, 2019).

A Pnater completou duas décadas com avanços pontuais, mas também com retrocessos decorrentes de descontinuidades políticas e de financiamento insuficiente para a formação continuada dos extensionistas (CAPORAL & RAMOS, 2023). Críticas à política apontam que ela concebe o desenvolvimento rural de forma setorial, desconsiderando a articulação com outros atores sociais, como empresários do agronegócio (DIAS, 2008). Por outro lado, defensores da abordagem agroecológica argumentam que a força da Pnater reside exatamente em seu foco nos agricultores familiares e na sustentabilidade, grupos historicamente excluídos das políticas tradicionais (PIRAUX & COUDEL, 2021).

A necessidade de mais estudos empíricos sobre a efetiva implementação da Pnater no cotidiano das organizações de Ater permanece atual (NIEDERLE *et al.*, 2019; CAPORAL & RAMOS, 2023). Ainda que existam experiências exitosas de extensão participativa e transição agroecológica, elas tendem a ser localizadas e dependentes de agentes específicos, sem conseguir se expandir de forma sistêmica (PIRAUX & COUDEL, 2021). Para que a Pnater cumpra seus objetivos originais, seria necessário um esforço contínuo de formação de extensionistas, financiamento estável e articulação interfederativa, elementos que têm se mostrado frágeis ao longo do tempo (SABOURIN *et al.*, 2020; GRISA & SCHNEIDER, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas, observa-se que a trajetória da extensão rural brasileira esteve historicamente associada ao modelo difusionista da Revolução Verde, marcado pela modernização produtiva e pela transferência verticalizada de tecnologias no campo. Apesar dos avanços técnicos proporcionados por esse modelo, também foram intensificados problemas sociais e ambientais, como a exclusão de pequenos agricultores e a concentração fundiária.

Nesse contexto, a criação da PNATER representou uma importante tentativa de reformulação das políticas públicas de extensão rural no Brasil, ao priorizar a agricultura familiar, a participação social da população do campo e os princípios agroecológicos sustentáveis como bases para o desenvolvimento rural. Entretanto, apesar de suas potencialidades visíveis, a efetivação prática dessa política pública ainda enfrenta desafios relacionados à permanência de ações extensionistas tradicionais, à formação profissional dos extensionistas e às dificuldades de consolidação das práticas agroecológicas nas diferentes realidades rurais.

Assim, conclui-se que a PNATER representa um avanço relevante no debate sobre desenvolvimento rural no Brasil, no entanto a consolidação eficaz e permanente desse projeto depende do fortalecimento institucional da ATER, da continuidade das políticas públicas de extensão rural e da ampliação de estudos sobre os limites e as possibilidades dessa proposta no meio rural brasileiro.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Extensão rural e desenvolvimento sustentável: 20 anos da Pnater. Brasília: MDA, 2023.

DIAS, M. M. Políticas Públicas de Extensão Rural e Inovações Conceituais: Limites e Potencialidades. Perspectivas em Políticas Públicas, v. 1, n. 1, p. 101-114, 2008.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

LEAL, M. G. F. S.; BRAGA, G. M. Orientação institucional e currículo: a gênese do ensino de extensão rural na Universidade Federal de Viçosa. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 14, n. 2, p. 269-286, 1997.

NIEDERLE, P. A. et al. Novos caminhos para a extensão rural no Brasil: desafios da agroecologia. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 57, n. 4, p. 559-574, 2019.

PIRAUX, M.; COUDEL, E. Transição agroecológica e extensão rural participativa: aprendizados do semiárido brasileiro. Revista Brasileira de Agroecologia, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 45-62, 2021.

PÁGINA 53. DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-9

O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAMPESINATO BRASILEIRO

Laís Oliveira de Queiroz
Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Veterinária Fortaleza - Ceará
https://lattes.cnpq.br/8796939270297208

Lianne Gabrielle Rodrigues Alves de Francesco
Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Veterinária Fortaleza - Ceará
http://lattes.cnpq.br/1369340440855134

Palavras-chave:
Campesinato;
Reforma agrária;
Questão agrária;
MST.

RESUMO

O presente trabalho discute o debate contemporâneo sobre campesinato e reforma agrária no Brasil, analisando a permanência do campesinato diante da expansão do capitalismo agrário e o papel dos movimentos sociais rurais na luta pela terra. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica qualitativa, baseada em artigos científicos e obras da sociologia rural e da questão agrária. Os resultados demonstram que o campesinato permanece como importante sujeito social, desenvolvendo estratégias de resistência e adaptação no contexto capitalista. Além disso, observa-se que a reforma agrária continua sendo fundamental para o enfrentamento da concentração fundiária e das desigualdades sociais no campo brasileiro.

PEASANTRY AND AGRARIAN REFORM: A CONTEMPORARY DEBATE

Keywords:
Peasantry;
Agrarian reform;
Agrarian question;
MST

ABSTRACT

This paper discusses the contemporary debate on peasantry and agrarian reform in Brazil, analyzing the persistence of the peasantry in the context of agrarian capitalism and the role of rural social movements in the struggle for land. The research is characterized as a qualitative bibliographic review based on scientific articles and academic works related to rural sociology and the agrarian question. The results show that the peasantry remains an important social subject, developing strategies of resistance and adaptation within capitalism. Furthermore, agrarian reform continues to play a fundamental role in confronting land concentration and social inequalities in rural Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A origem da estrutura agrária brasileira apresenta raízes históricas baseadas na desigualdade social, em que o homem do campo tem seus direitos sobre a terra negados pelos grandes proprietários rurais. Esse cenário atravessa a cronologia brasileira e persiste no território nacional, uma vez que a marginalização do camponês segue perceptível no país. O sociólogo brasileiro Octavio Ianni aborda tal problemática ao analisar como o capitalismo na agricultura desencadeou a proletarização do campesinato, intensificando, assim, o conflito no campo. Diante desse cenário, emergiram movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como meio de resistência à marginalização no âmbito rural, os quais objetivam a democratização fundiária e a valorização da agricultura camponesa. Assim, surge a reforma agrária com o intuito de minimizar a monopolização extrema do espaço agrário.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a formação histórica da reforma agrária brasileira e discutir os desafios desta como meio de inclusão social eficaz.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise artigos científicos e produções acadêmicas relacionadas ao campesinato, à reforma agrária e à questão agrária contemporânea no Brasil.

A pesquisa utilizou-se, principalmente, da plataforma Scielo, do Portal de Periódicos da Universidade de Brasília e do Portal de Revistas Da Universidade de São Paulo.

A seleção das referências priorizou autores clássicos e contemporâneos da sociologia rural e da geografia agrária, com destaque para estudos voltados à permanência do campesinato no capitalismo, à atuação dos movimentos sociais rurais e aos desafios da reforma agrária brasileira.

A análise do material ocorreu de forma interpretativa e descritiva, buscando compreender as principais discussões teóricas acerca da resistência camponesa, da concentração fundiária e das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

Dessa maneira, foi possível relacionar as contribuições dos diferentes autores e construir uma reflexão crítica sobre o debate contemporâneo envolvendo campesinato e reforma agrária.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Santos e Teló (2011), apesar das transformações impostas pelo capitalismo agrário, o campesinato conseguiu permanecer devido à sua capacidade de resistência e adaptação. Para os autores, o campesinato não desaparece diante da expansão capitalista, mas se recria continuamente por meio de estratégias econômicas, sociais e culturais que garantem sua permanência no campo. Mesmo inseridos nas relações de mercado, os camponeses preservam características fundamentais de sua organização social, como o trabalho familiar, a forte relação com a terra, a cooperação comunitária e a produção voltada não apenas para o lucro, mas também para a reprodução social da família. Dessa forma, o campesinato demonstra capacidade de coexistir com o capitalismo sem perder completamente sua identidade e suas formas próprias de organização produtiva.

Nesse cenário, a contínua luta pela permanência do campesinato e pela democratização do acesso à terra se concretiza com os movimentos sociais rurais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) destaca-se como um dos principais representantes da luta pela terra no Brasil, atuando na organização de famílias camponesas e na reivindicação da reforma agrária. Segundo Fernandes (2008), as ocupações de terra realizadas pelo MST constituem formas de resistência camponesa frente à concentração fundiária e ao avanço do capital no campo. Além da luta pelo acesso à terra, o movimento também promove debates relacionados à soberania alimentar, agroecologia, educação no campo e justiça social, fortalecendo formas alternativas de desenvolvimento rural.

Nesse contexto, é importante também enfatizar sobre a reforma agrária, principal reivindicação desses movimentos sociais. Para Oliveira (2001), a reforma agrária deve ser compreendida como um elemento central da questão agrária brasileira, estando diretamente relacionada às contradições históricas do desenvolvimento capitalista no campo. O autor argumenta que a estrutura fundiária do Brasil foi construída com base na concentração da propriedade da terra desde o período colonial, favorecendo grandes proprietários rurais e marginalizando populações camponesas, indígenas e trabalhadores rurais. Dessa forma, a permanência dos conflitos agrários está ligada à própria lógica de expansão do capitalismo agrário, que promove a valorização econômica da terra e intensifica processos de expropriação e exclusão social no meio rural. Diante disso, a reforma agrária não deve ser entendida apenas como uma política de distribuição de terras, mas como uma medida

estrutural de democratização do acesso aos meios de produção e de enfrentamento das desigualdades sociais historicamente construídas no campo brasileiro. Para o autor, a concentração fundiária limita o desenvolvimento social e econômico das populações rurais, além de fortalecer relações de poder marcadas pela exclusão e pela violência no campo. Assim, a reforma agrária assume papel fundamental na redução dos conflitos agrários e na promoção de maior justiça social.

Além da redistribuição fundiária, a efetivação da reforma agrária depende da implementação de políticas públicas integradas capazes de garantir condições adequadas de permanência das famílias assentadas no campo. Nesse sentido, Da Ros e Piccin (2011) afirmam que as reivindicações dos movimentos sociais rurais passaram a envolver questões voltadas à infraestrutura, assistência técnica e crédito agrícola, consideradas fundamentais para garantir a permanência das famílias assentadas e o fortalecimento da agricultura camponesa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate contemporâneo sobre campesinato e reforma agrária evidencia que a questão agrária permanece atual e profundamente relevante para a sociedade brasileira.

A análise realizada demonstra que o campesinato permanece como importante sujeito social no contexto contemporâneo, mesmo diante das transformações impostas pelo capitalismo agrário. Sua capacidade de resistência e adaptação permitiu a preservação de formas próprias de organização social e produtiva, mantendo o vínculo com a terra e com o trabalho familiar.

Nesse contexto, os movimentos sociais rurais desempenham papel fundamental na luta pela democratização do acesso à terra e pelo fortalecimento da agricultura camponesa, ampliando o debate sobre soberania alimentar, agroecologia e justiça social.

Além disso, observou-se que a reforma agrária continua sendo elemento central para o enfrentamento das desigualdades históricas presentes no campo brasileiro. Entretanto, sua efetivação depende não apenas da redistribuição de terras, mas também da implementação de políticas públicas voltadas à infraestrutura, assistência técnica, crédito rural e permanência das famílias assentadas no campo. Dessa forma, o fortalecimento do campesinato e da reforma agrária mostra-se essencial para a construção de um desenvolvimento rural mais justo, sustentável e socialmente inclusivo.

REFERÊNCIAS

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do Projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 14, n. 18, p. 135-156, jan./jun. 2011. Disponível em: [Revista NERA](https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1853). Acesso em: 10 maio 2026.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. Boletim DATALUTA, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: [Boletim DATALUTA](https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/54765). Acesso em: 10 maio 2026.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: [SciELO Estudos Avançados](https://www.scielo.br/j/ea/a/5jXr5kM3r8rM8j5P4v8k4kP). Acesso em: 12 maio 2026.

SANTOS, Anderson Luiz Machado dos; TELÓ, Fabrício. O lugar do campesinato no capitalismo: as múltiplas dimensões do processo de (re)criação de uma classe e de um modo de vida. Revista Agrária, São Paulo, n. 14, p. 1-25, 2011. Disponível em: [Revista Agrária USP](https://revistas.usp.br/agraria/article/view/79015). Acesso em: 15 maio 2026.

SILVA, Everton Nogueira et al. CAMPESINATO E REFORMA AGRÁRIA: UM DEBATE CONTEMPORÂNEO. In: Agricultura Em Foco: Tópicos em Manejo, Fertilidade do Solo e Impactos Ambientais - Volume 3. [S.l.]: Editora Científica Digital, 2020. p. 30–47.

PÁGINA 58. DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-10

PLANEJAMENTO REGIONAL E REFORMA AGRÁRIA: ANTIGOS E NOVOS ENTRELAÇAMENTOS ENTRE AS QUESTÕES AGRÁRIA E REGIONAL

Maria Isabele Ferreira de Albuquerque
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
https://lattes.cnpq.br/8456692797177365

Maria Luisa Ribeiro Fernandes
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
https://lattes.cnpq.br/4994273399654101

Raabe Araújo de Souza Viana
Universidade Estadual do Ceará (UECE) -

Palavras-chave:
Planejamento regional;
Reforma agrária;
Agronegócio;
Direitos territoriais;
Desenvolvimento regional.

RESUMO

O presente trabalho analisa as relações históricas entre planejamento regional e reforma agrária no Brasil, buscando entender a consolidação da estrutura fundiária e como o Estado contribui para essa estrutura concentrada no modelo do agronegócio nacional. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise histórica de políticas públicas de desenvolvimento regional, os programas de integração nacional durante a ditadura militar e as políticas de expansão das fronteiras agrícolas. O estudo reflete sobre a questão agrária, e como novas perspectivas sobre os direitos territoriais de comunidades tradicionais surgiram para ampliar a discussão sobre a distribuição de terras. Com o aparecimento de novas definições de território e aumento da complexidade da questão territorial, surge uma necessidade de questionar o modelo agroexportador e seletividade estatal.

REGIONAL PLANNING AND LAND REFORM: OLD AND NEW TWISTS BETWEEN THE AGRARIAN AND REGIONAL ISSUES

Keywords:
Regional planning;
Agrarian reform;
Agribusiness;
Territorial rights;
Regional development

ABSTRACT

This paper analyzes the historical relations between regional planning and agrarian reform in Brazil, seeking to understand the consolidation of the landholding structure and how the State contributes to this concentrated structure within the national agribusiness model. The research is based on a bibliographic review and historical analysis of public policies for regional development, the national integration programs during the military dictatorship, and the policies for the expansion of agricultural frontiers. The study reflects on the agrarian issue and on how new perspectives regarding the territorial rights of traditional communities emerged to broaden the discussion on land distribution. With the emergence of new definitions of territory and the increasing complexity of territorial issues, a need arises to question the agro-export model and State selectivity.

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira constitui um dos principais elementos para a compreensão das desigualdades sociais, econômicas e regionais presentes no país. Historicamente marcada pela concentração fundiária e pela permanência de grandes propriedades rurais, a estrutura agrária nacional foi consolidada por meio da atuação do Estado e de políticas econômicas voltadas à modernização da agricultura sem alterações significativas na distribuição da terra. Nesse contexto, o planejamento regional passou a desempenhar importante papel na organização do espaço brasileiro, especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando o desenvolvimento econômico e a integração nacional tornaram-se prioridades do poder público.

Ao longo do processo de industrialização e expansão capitalista, políticas de planejamento regional foram utilizadas como instrumentos de integração econômica e ocupação territorial. Experiências como os programas de integração nacional durante o regime militar e as políticas de expansão das fronteiras agrícolas demonstram como o Estado articulou desenvolvimento regional e modernização agrícola. Entretanto, tais iniciativas favoreceram principalmente a consolidação do agronegócio, reforçando o monopólio econômico e a marginalização dos pequenos produtores.

Com a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a questão agrária passou a incorporar novas demandas relacionadas aos direitos territoriais de comunidades tradicionais. Dessa forma, o debate sobre a reforma agrária deixou de se restringir apenas à redistribuição de terras, ampliando-se para discussões sobre reconhecimento identitário, territorialidade e preservação dos modos de vida tradicionais.

Diante dos fatores supracitados, a relação histórica entre planejamento regional e reforma agrária no Brasil será discutida, tendo o objetivo de entender como o modelo do agronegócio nacional é sustentado, em uma relação simbiótica, pelo Estado. Para além dessa relação, serão discutidas problemáticas contemporâneas relacionadas aos direitos territoriais e desigualdades regionais.

2 A EMERGÊNCIA E CONFIGURAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL ATÉ 1964

De acordo com Camargo (1986), a característica básica do modelo político brasileiro é a existência de uma relação simbiótica entre o Estado e o agronegócio, na qual existe um controle sobre a complexificação da estrutura, reforçando uma classe política que exerce seu poder obedecendo aos interesses agrários. Tal fator, reforçava o monopólio de terras e o enquadramento político de uma população rural.

Historicamente, o Brasil apresenta uma estrutura com origens latifundiárias e escravocratas, que integra o "pacto agrário" até mesmo à seu processo de formação e independência, que foi reforçado por alianças entre o poder central e elites agrárias. Com a chegada da Era Vargas, surge uma crise a esse pacto, sendo um período de urbanização, industrialização e crítica ao modelo de oligarquias. Então, após sucessivos governos de caráter populista, a Reforma Agrária ganha espaço nas discussões.

Segundo Camargo, o Poder Executivo era mais aberto às pressões populares e, por isso, liderava propostas mais fortes contra o latifúndio e em defesa da reforma agrária. Já o Congresso, dominado por representantes ligados aos interesses regionais e rurais, dificultava mudanças na estrutura agrária por meio de recusas e manobras legais. Essa situação começou a mudar a partir da década de 1950, quando trabalhadores rurais e camponeses passaram a se organizar politicamente.

Com a constante pressão e aumento dos movimentos camponeses, a elite agrária buscou formas de apaziguar as suas demandas de forma que não fossem afetados drasticamente. Assim, o artigo 141 da Constituição de 1946 permitia a desapropriação, mas exigia pagamento justo em dinheiro, quase efetivamente impossibilitando que a desapropriação se realizasse. A elite agrária aceitava discutir reforma agrária apenas se ela estivesse ligada aos seus interesses e a capitalização da propriedade, como o aumento da produtividade, preferencialmente em terras públicas ainda não ocupadas.

Com o golpe militar de 1964, iniciado após um decreto da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), a pauta da reforma agrária foi interrompida. O decreto permitia a desapropriação de grandes propriedades localizadas próximas a rodovias, açudes e ferrovias. Nesse contexto, o Estatuto da Terra, que já tinha virado pauta no Congresso há anos, foi aprovado no governo Castelo Branco com o objetivo de apaziguar os movimentos

reformistas. No entanto, a influência da elite agrária inibiu a reforma agrária e reforçou políticas agrícolas a seu favor.

3 POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO REGIONAL E REFORMA AGRÁRIA

Camargo (1986) analisa o governo reformista de Kubitschek como conciliador e politicamente seguro ao lidar com as questões reformistas, utilizando medidas indiretas de integração regional para encarar a questão agrária, como a Operação Nordeste.

A Operação Nordeste, que posteriormente deu origem à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), buscava modernizar a produção agrícola, estimular a industrialização e expandir a fronteira agrícola, sem alterar diretamente a concentração de terras. Além disso, pretendia reduzir os conflitos agrários no Nordeste por meio do aumento da produtividade e da liberação de áreas para a agricultura familiar.

O Estatuto da Terra foi aprovado durante o regime militar com alterações que favoreceram os grandes proprietários rurais. Em vez de promover uma ampla reforma agrária, a proposta priorizou a modernização do latifúndio e incentivou a ocupação de terras públicas nas regiões de fronteira agrícola. O Estado investiu na modernização da agricultura por meio de créditos, subsídios e incentivos fiscais direcionados ao agronegócio exportador e às grandes empresas nacionais e estrangeiras (MENDONÇA,2009). Programas sociais e de desenvolvimento rural foram utilizados para reduzir conflitos agrários sem modificar a estrutura de concentração de terras. Assim, o planejamento regional consolidou um modelo agrícola baseado na agroindústria, na exportação e na forte atuação estatal em favor dos grandes grupos econômicos, limitando alternativas de produção e uso da terra mais autônomas e socialmente distributivas.

4 O TRATAMENTO DA QUESTÃO AGRÁRIA QUANDO SE COMPLEXIFICAM AS DIFERENÇAS REGIONAIS

Com a emergência de grupos sociais denominados comunidades tradicionais, ocorre o reconhecimento por parte do Estado de que a questão fundiária não se limita a uma redistribuição de terras, mas também ao processo de ocupação e afirmação territorial (LITTLE, 2002).O agronegócio consegue obstruir o avanço da reforma agrária durante o processo constituinte, mas, ao mesmo tempo, povos e comunidades tradicionais, em aliança

com outros setores, conseguem incorporar novos direitos e formalizar distintas modalidades territoriais na Constituição do país; com isso, propiciam a criação de um arcabouço legislativo e institucional que reconhece direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Esse processo reforçou estudos sobre o papel da questão étnica e ambiental na conformação e reconfiguração identitária desses novos sujeitos e/ou na redefinição da ação do Estado (CRUZ, 2012; FERREIRA, 2011).

A valorização de diferentes modos de vida e formas de uso da natureza fortaleceu práticas alternativas de produção, muitas vezes opostas ao modelo desenvolvimentista dominante. Ao mesmo tempo, após a ditadura, surgiram movimentos camponeses que, além da reforma agrária, defendiam modelos agrícolas alternativos ao padrão agroindustrial, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do artigo evidencia que o planejamento regional brasileiro esteve historicamente associado à consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado à modernização conservadora da agricultura e à expansão do agronegócio. Nesse processo, o Estado desempenhou papel central ao direcionar políticas públicas, incentivos econômicos e projetos de integração territorial que fortaleceram a concentração fundiária e ampliaram as desigualdades regionais. Ao mesmo tempo, a redemocratização permitiu a ampliação das lutas por direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, ressignificando a questão agrária para além da simples redistribuição de terras. Dessa forma, o estudo demonstra que a disputa pelo território envolve diferentes projetos de desenvolvimento, evidenciando a necessidade de um planejamento regional inclusivo, sustentável e capaz de reconhecer a diversidade social e territorial existente no país.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org). Historia geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964).
Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1986. T. 3, v. 10. p. 147-267

CRUZ, Valter do Carmo. A "ambientalização" e a "etinização" das lutas sociais pela terra na Amazônia:
novas agendas, novos agenciamentos políticos- territoriais, [2012]. Mimeografado.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Desenvolvimentismo, etnicidade e questão agrária. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 182-223, abr. 2011.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, DF: UnB, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O ruralismo brasileiro (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 2009.

PÁGINA 64. DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-11

EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

José Vinicius Castro Freire
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
http://lattes.cnpq.br/0521794873364885

Júlia da Paz Mamede
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
https://orcid.org/0009-0004-3281-1577

Nayara Moura Silva
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
https://lattes.cnpq.br/8633040716787794

RESUMO

A história da agricultura brasileira carrega um forte contraste: o salto tecnológico que impulsionou a economia também aprofundou abismos sociais e ambientais no campo. A partir da década de 1960, sob as promessas da Revolução Verde, a extensão rural nasceu com a missão vertical de difundir pacotes tecnológicos para aumentar a produtividade. Se por um lado essa engrenagem alavancou o PIB, por outro favoreceu os grandes exportadores, provocando êxodo rural e severos impactos ecológicos. Percebendo que o progresso não podia acontecer à custa das pessoas, o meio acadêmico e os movimentos sociais propuseram uma mudança de rumo a partir dos anos 1970 e 1990. Com o surgimento de políticas como o PRONAF, a extensão rural passou a olhar para a agricultura familiar, deixando de ser um mero canal de transferência técnica para se transformar em um braço de apoio focado em sustentabilidade, cidadania e qualidade de vida para quem vive da terra

Palavras-chave:
Políticas públicas;
Desenvolvimento rural;
Agricultura familiar;
Sociologia econômica

RURAL EXTENSION IN BRAZIL: A SOCIOLOGICAL ANALYSIS OF AGRICULTURAL MODERNIZATION

ABSTRACT

The history of Brazilian agriculture bears a stark contrast: the technological leap that fueled the economy also deepened social and environmental divides in rural areas. Beginning in the 1960s, under the promises of the "Green Revolution," rural extension services were established with a top-down mission: to disseminate technological packages designed to boost productivity. While this mechanism helped drive GDP growth, it simultaneously favored large-scale exporters, triggering rural-to-urban migration and causing severe ecological damage. Recognizing that progress could not come at the expense of people, the academic community and social movements began advocating for a change in direction between the 1970s and the 1990s. With the emergence of policies such as PRONAF, rural extension shifted its focus toward family farming—evolving from a mere conduit for technical knowledge transfer into a support system centered on sustainability, citizenship, and the quality of life for those who make their living from the land.

Keywords:
Public policy; Rural development;
Family farming;
Economic sociology.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a agricultura desempenha papel fundamental no desenvolvimento econômico e social no Brasil, possuindo parcela significativa no Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 24,8% da economia nacional em 2023 (CEPEA, 2024). Concomitantemente houve um aumento exponencial na geração de empregos e no abastecimento alimentar, havendo assim uma necessidade de criação de diversas políticas públicas voltadas para a modernização produtiva, especialmente a partir da década de 1960, onde diversas políticas públicas foram criadas a fim de promover o aumento da produtividade bem como a integração do meio rural a dinâmica industrial caracterizando período onde o brasil passou por um intenso processo de modernização agrícola (BNDES, 2012).

A modernização agrícola buscava aprimorar a base técnico científica a fim de promover a inserção do setor agropecuário na lógica industrial, focando na difusão de inovações tecnológicas amplamente influenciadas pelas ideias da Revolução Verde, como uso de sementes melhoradas, fertilizantes químicos, defensivos agrícolas e mecanização. Nesse cenário a extensão rural surge como ferramenta estratégica para a promoção da modernização, focando na disseminação do conhecimento técnico científico para o produtor através de ações educativas e assistência técnica (Embrapa, 2022).

Entretanto, embora esse ferramenta tenha contribuído para o aumento da produtividade e para o destaque econômico do Brasil no mercado agrícola global concomitantemente houve a ampliação das desigualdades sociais no campo, uma vez que a modernização favoreceu principalmente grandes produtores, promovendo assim uma concentração fundiária que veio a influenciar para o êxito rural e para o agravamento de impactos ambientais significativos.

Diante do exposto, houve a necessidade de reformulação da extensão rural ao longo das décadas, focando na valorização da agricultura familiar e deixando de atuar apenas como ferramenta voltada para a difusão tecnológica, para incorporar abordagens voltadas para o desenvolvimento social, promovendo a inclusão sustentabilidade e qualidade de vida para os agricultores (MDA, 2010; FAO, 2014).

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a interação entre modernização agrícola e a extensão rural no Brasil, ponto em pauta os impactos sociais,

econômicos e ambientais envolvidos, bem como a necessidade de transformações na abordagem do extensionismo, conforme as demandas do meio rural.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Formação da extensão rural e modernização agrícola no brasil

A modernização da agricultura brasileira, intensificada na década de 1960 através de programas de desenvolvimento, impôs a necessidade de reestruturar a base técnico-científica do país e de treinar pessoal qualificado. Diante disso, o Estado investiu na expansão do ensino agrícola para treinar profissionais e difundir novas tecnologias. O plano era guiado por uma visão que enxergava o meio rural como "arcaico" e atrasado. Para o governo, era obrigatório modernizar o campo para que ele pudesse se integrar e acompanhar a parte mais produtiva do país.

Pioneira na área, a Universidade Federal de Viçosa liderou o ensino de extensão rural por meio de três fases históricas. A primeira, entre 1958 e 1965, o curso era optativo e servia para preparar os estudantes para um modelo agroexportador, funcionando como divulgadores do progresso tecnológico. Entre 1965 e 1971, a matéria passou a ser obrigatória, focando exclusivamente na transmissão vertical de técnicas, ignorando as raízes dos problemas sociais do campo. A grande virada ocorreu a partir de 1971, quando discussões no meio acadêmico rejeitaram o padrão técnico engessado. O ensino abriu espaço para o diálogo e para a análise social, redefinindo o papel do extensionista como um apoiador e organizador da população rural.

2.2 Influência de acordos internacionais e da revolução verde

Impulsionada pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e sob o pretexto de combater a fome no contexto da Guerra Fria, a Revolução Verde foi a base ideológica e tecnológica da modernização agrícola. Na prática, as técnicas tradicionais deram lugar a pacotes tecnológicos que exigiam tratores modernos, agrotóxicos, adubos químicos e sementes de laboratório. O Estado brasileiro bancou essa transição com créditos especiais que favoreceram os grandes exportadores e donos de terras. Embora a produtividade tenha crescido, o modelo gerou impactos sociais e ambientais profundos, perpetuando a má

distribuição de terras, provocando o êxodo rural de milhões de camponeses e causando problemas ecológicos graves, como a erosão da terra e a poluição dos rios.

2.3 Neoliberalismo e transformação do espaço rural

O avanço do neoliberalismo promoveu profundas transformações no espaço rural brasileiro, especialmente no contexto da extensão rural e das políticas de desenvolvimento agrícola. A partir da década de 1970, observou-se a consolidação de um modelo econômico pautado na lógica de mercado, na competitividade e na expansão do agronegócio, reduzindo progressivamente o papel do Estado como agente direto de desenvolvimento social no campo. Nesse contexto, a extensão rural passou a assumir características voltadas à difusão de tecnologias e à inserção produtiva dos agricultores nas cadeias mercantis globais, priorizando eficiência, produtividade e competitividade econômica.

Assim, as políticas públicas rurais passaram a priorizar o agronegócio e os modelos voltados à exportação, ampliando desigualdades sociais e territoriais no campo. Nesse contexto, a extensão rural passou a atuar também como instrumento de difusão de práticas produtivas alinhadas às exigências do mercado global.

2.4 Agricultura familiar e o caráter assistencial da extensão rural

Historicamente, a agricultura familiar ocupou uma posição marginal nas políticas públicas brasileiras, enquanto os investimentos estatais priorizavam a grande produção monocultora voltada ao mercado e à exportação. Nesse contexto, a assistência técnica e a extensão rural concentravam-se principalmente na difusão de tecnologias agropecuárias e no aumento da produtividade, desconsiderando frequentemente as necessidades sociais, econômicas e culturais dos agricultores familiares.

Contudo, com o fortalecimento das organizações sociais rurais a partir da década de 1990 e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a extensão rural passou a incorporar um caráter mais participativo e assistencial, direcionado à promoção da cidadania, da sustentabilidade e da inclusão social no campo. Dessa forma, o extensionismo rural deixou de atuar apenas como instrumento de transferência tecnológica, passando também a estimular capacitação, organização comunitária, geração de renda e fortalecimento das famílias rurais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a modernização da agricultura brasileira, apesar de ter colocado o país no topo do mercado global e garantido um peso enorme ao agronegócio no nosso PIB, cobrou um preço alto demais ao empurrar a agricultura familiar para as margens, maltratar a natureza e esvaziar o campo com o êxodo rural. Aquela extensão rural do início, que chegava de forma fria, rígida e de cima para baixo apenas para empurrar os pacotes tecnológicos da Revolução Verde, acabou esquecendo que o campo é feito de gente. Felizmente, a história se moveu, a pressão dos movimentos sociais e os debates nas universidades transformaram essa realidade, trazendo conquistas humanas e fundamentais como o PRONAF. Isso prova que o verdadeiro sucesso do campo não se mede em pilhas de sacas ou números frios de produtividade. Para que o desenvolvimento seja real, a extensão rural precisa fincar os pés na empatia, no diálogo e no acolhimento, servindo como um abraço de apoio que gera sustentabilidade, une as comunidades e devolve o orgulho e a dignidade a cada família que vive da terra

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Pronaf: agricultura familiar. Brasília: MAPA, 2024. Disponível em: www.gov.br. Acesso em: 12 maio 2026.

BNDES. Além da porteira: o agronegócio brasileiro e a política pública. Rio de Janeiro: BNDES, 2012. Disponível em: https://www.bndes.gov.br. Acesso em: 18 maio 2026.

CEPEA. PIB do agronegócio brasileiro. Piracicaba: ESALQ/USP, 2024. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br. Acesso em: 17 maio 2026.

Embrapa. Extensão rural e transferência de tecnologia. Brasília: Embrapa, 2022. Disponível em: https://www.embrapa.br. Acesso em: 17 maio 2026.

FAO. Family farming and innovation for sustainable agriculture. Rome: FAO, 2014. Disponível em: https://www.fao.org. Acesso em: 17 maio 2026.

LIMA NETO, Pedro Correia. Extensão rural e agricultura familiar. Revista de Política Agrícola, *[S. l.]*, v. 8, n. 3, p. 1–9, 2015. Disponível em: https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/681. Acesso em: 12 maio. 2026.

MARIA DAS GRAÇAS, S.; BRAGA, Geraldo Magela. A formação de profissionais para a Extensão Rural: um recorte no estudo de projetos políticos para a modernização da agricultura e da educação no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 35, n. 1, p. 119-137, 2019.

MDA. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Brasília: MDA, 2010.

COMIN, Márcio. A Revolução Verde e o processo de modernização agrícola em Soledade (RS, Brasil) de 1960 a 1990: The Green Revolution and the agricultural modernization process in Soledade/RS from 1960 to 1990. REVHIST-Revista de História da UEG, v. 10, n. 02, p. e022122-e022122, 2021.

PÁGINA 70. DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-12

DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA AO RURAL SOCIOAMBIENTAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA SOCIOLOGIA RURAL TRADICIONAL

Bianca Júlia Castelo Soares Rodrigues
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
http://lattes.cnpq.br/0547619560164242

Iago Martins Ramos
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
http://lattes.cnpq.br/3582392826988441

Giovana dos Santos Tude
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
http://lattes.cnpq.br/4758824687699771

RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão narrativa da literatura que analisa criticamente as limitações teóricas e ideológicas da Sociologia Rural tradicional. A busca foi realizada em maio de 2026 na base de dados Google Acadêmico, selecionando produções de 1982 a 2010. Os resultados revelam que a vertente tradicional da disciplina, fortemente influenciada por modelos capitalistas exógenos, operou sob uma dicotomia artificial, que enaltecia o urbano em detrimento do rural, atuando de forma autolimitante contra o seu próprio objeto de estudo. Sob as tensões da Guerra Fria, a aplicação dessa ciência priorizou o incremento produtivo e a mitigação de conflitos agrários para conter insurreições camponesas a partir de uma modernização. Essa foi conservadora e forçada, e desarticulou o tecido autônomo do campo, destruindo o paradoxo da autonomia e da sustentabilidade historicamente assegurados pelo isolamento da agricultura familiar. Como consequência, as populações agrárias foram empurradas para um estágio intermediário moderno marcado por miséria, desemprego e severo desgaste cultural. Conclui-se que as abordagens contemporâneas, ao consolidarem os conceitos de rural socioambiental e focar nas lutas sociais, rompem com a rigidez conceitual
clássica, sendo indispensáveis para desmistificar a idealização urbana e resgatar a legitimidade dos saberes e modos de vida tradicionais frente às investidas do capital.

Palavras-chave:
Autossuficiência rural;
Dicotomia rural-urbana;
Modernização forçada

FROM CONSERVATIVE MODERNIZATION TO THE SOCIO-ENVIRONMENTAL RURAL: A CRITICAL ANALYSIS OF TRADITIONAL RURAL SOCIOLOGY

ABSTRACT

This paper presents a narrative literature review that critically analyzes the theoretical and ideological limitations of traditional Rural Sociology. The search was conducted in May 2026 across the Google Scholar database, selecting works published from 1982 to 2010. The results reveal that the traditional branch of the discipline, heavily influenced by exogenous capitalist models, operated under an artificial dichotomy that praised the urban over the rural, acting in a self-limiting manner against its own object of study. Under Cold War tensions, the application of this science prioritized production growth and the mitigation of agrarian conflicts to contain peasant insurgencies through modernization. This modernization was conservative and forced, dismantling the autonomous fabric of the countryside and destroying the paradox of autonomy and sustainability historically ensured by the isolation of family farming. Consequently, agrarian populations were pushed into a modern intermediate stage marked by misery, unemployment, and severe cultural decay. It is concluded that contemporary approaches, by consolidating the concepts of socio-environmental rurality and focusing on social struggles, break away from classical conceptual rigidity, proving indispensable to demystify urban idealization and rescue the legitimacy of traditional knowledge and ways of life in the face of capital onslaughts.

Keywords:

Forced modernization;

Rural self-sufficiency;

Rural-urban dichotomy.

1 INTRODUÇÃO

A sociologia rural tradicional consolidou-se como um campo voltado à compreensão das relações sociais no espaço agrário e recebeu críticas relacionadas ao nível teórico-metodológico. Entretanto, as transformações sociais como modernização agrícola, industrialização, urbanização e globalização evidenciaram limitações nas abordagens tradicionais desse

campo de estudo (FROEHLICH, 1996). Nesse contexto, a literatura criticou a dicotomização entre rural e urbano, a homogeneização das populações rurais e a excessiva associação aos modelos tradicionais da sociologia rural clássica.

Diante do exposto, essa revisão de literatura tem como objetivo compreender a transição de uma sociologia rural tradicional para perspectivas mais abrangentes, voltadas à complexidade do espaço agrário e às múltiplas relações sociais que nele se estabelecem e se perpetuam, a fim de constituir importante base para a compreensão das transformações do rural na atualidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura realizada em maio de 2026, com buscas direcionadas na base de dados Google Acadêmico. O recorte temporal delimitado compreendeu produções de 1982 a 2010, nos idiomas português e inglês, incluindo artigos científicos e a conferência plenária proferida por Martins (2001) no X Congresso Mundial de Sociologia Rural. Utilizaram-se os descritores "sociologia rural tradicional", "sociologia rural" e "lutas sociais", operados pelo conectivo booleano AND. Os critérios de inclusão selecionaram estudos que discutissem diretamente as abordagens clássicas e contemporâneas do espaço agrário, disponíveis na íntegra e de acesso gratuito, excluindo-se teses duplicadas, resenhas comerciais ou materiais desalinhados ao escopo temático. A análise do corpus textual ocorreu de forma qualitativa e descritiva.

Historicamente, evidenciou-se uma precarização estrutural do rural, sendo esta a priori demarcada pelas distâncias físicas que limitavam a interação entre os constituintes dos meios rural e urbano. Apesar de toda "a carga negativa" intrínseca ao termo "precarização", foi esse distanciamento que causou o fortalecimento da sociedade rural a partir da construção de um modelo próprio de relações sociais pautada na coletividade, na gestão menos danosa e mais sustentável de meios produtivos e, portanto, da construção de um ecossistema humano mais sustentável e com modo de vida que durante muito tempo foi interpretado como alheio às mudanças presenciadas no urbano. Desse modo, infere-se a existência de um forte paradoxo no qual, ao passo em que a sociedade rural tinha o viés supracitado, houve intensa coesão e cooperação entre seus componentes, o que a fortaleceu e caracterizou enquanto sociedade (BRANDEMBURG, 2010).

Esse aparente equilíbrio começa a ruir, gerando a dicotomia analisada, a partir do momento em que as tensões entre urbano e rural iniciaram no seio do próprio rural advindo da figura do fazendeiro. Assim, o grande produtor, que desviou todo o conceito de sociedade rural para criar um espaço puramente econômico ou recreativo, repercute na fragmentação do rural em seu íntimo a partir do estopim da primeira grande massa de urbanização e, supostamente, de progresso social generalizado (BRANDEMBURG, 2010).

Nesse contexto de tensões sociais crescentes em decorrência de um "conflito entre dois mundos", a Sociologia Rural Tradicional é importada em meados da década de 1950 no Brasil com o intuito de compreender a sociedade rural. Assim, de acordo com Brumer & Santos (2006), "Visava-se, antes de tudo, ao aumento da produção e à melhoria das condições

de vida da população rural, com o objetivo de evitar a radicalização política (a revolução cubana de 1959 servindo como o principal exemplo a ser evitado) e os conflitos no campo.", ou seja, os sociólogos atuantes em território brasileiro tinham o objetivo de evitar conflitos decorrentes da precarização do campo apontada por Brandemburg (2010), a partir de um estudo que acentuou as diferenças existentes entre o urbano e o rural, favorecendo os primeiros em detrimento dos segundos e levando a uma modernização forçada. Sob esse viés, à medida que o rural migra do clássico ao reflexivo, as populações atingidas são empurradas para um estágio intermediário moderno, caracterizado por pobreza, miséria e profundo desgaste cultural (BRANDEMBURG, 2010; MARTINS, 2001).

Nesse sentido, a perda da objetividade da Sociologia Rural enquanto ciência deu lugar a uma subjetividade danosa, cujo intuito em si própria era a degradação de toda uma organização social por colocá-la na dicotomia urbano-rural. O norte dessa Sociologia foi a modernização, tornando-a altamente contraditória e autolimitante, ocasionando a supressão da sociedade rural por se fusionar a uma idealização urbana vista como superior (MARTINS, 2001).

Partindo de tais aspectos deletérios, Martins (1986) questiona a superficialidade das análises tradicionais ao defender que o espaço agrário

deve ser compreendido a partir das contradições sociais e das relações socioculturais existentes no campo, especialmente envolvendo campesinato, trabalho e desigualdade fundiária. De forma semelhante, Santos (1991) propõe uma ruptura com a sociologia rural convencional, argumentando que ela se tornou insuficiente para interpretar a complexidade dos processos agrários contemporâneos, exigindo novas categorias analíticas voltadas às transformações sociais do meio rural.

No cenário internacional, Friedland (1982) problematiza a própria ideia de uma "sociedade rural" isolada, defendendo que as mudanças econômicas e produtivas tornam inadequada a separação entre rural e urbano. Para Neves (1983), a necessidade de uma "nova sociologia rural", capaz de compreender o espaço agrário a partir das relações econômicas, políticas e sociais mais amplas. Já Shanin (1990) questiona definições simplificadas do campesinato, evidenciando a heterogeneidade persistente e a necessidade de interpretações menos rígidas acerca dos sujeitos rurais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições dos autores analisados convergem ao evidenciar as limitações da sociologia rural tradicional frente às transformações do espaço agrário contemporâneo. Os autores criticam a rigidez conceitual, a dicotomia entre rural e urbano e a homogeneização dos sujeitos do campo, defendendo interpretações mais amplas e dinâmicas das relações sociais agrárias. Dessa forma, suas análises reforçam a necessidade de renovação teórica da sociologia rural, reconhecendo a complexidade, diversidade e constante transformação do meio rural, para aplicá-las nos centros de formação.

REFERÊNCIAS

BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. Ambiente & Sociedade, v. 13, n. 1, p. 109-125, 2010.

BRUMER, Anita; SANTOS, Dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 48-72, 2006.

FRIEDLAND, William H. The end of rural society and the future of rural sociology. Rural Sociology, Lexington, v. 47, n. 4, p. 589–608, 1982.

FROEHLICH, J. M. A Crítica da sociologia rural "tradicional" e a busca de abordagens contemporâneas para o espaço agrário. Extensão Rural, *[S. l.]*, n. 2, p. 33–48, 1994. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6366. Acesso em: 20 maio. 2026.

MARTINS, José de Souza. Introdução crítica à sociologia rural. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 9, n. 2, p. 5-18, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. The sociology of agriculture: toward a new rural sociology. Annual Review of Sociology, Palo Alto, v. 9, p. 67–81, 1983.

SHANIN, Teodor. Defining peasants: essays concerning rural societies, expolary economies, and learning from them in the contemporary world. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. In: CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1991

PÁGINA 75. DOI: 10.47242/978-65-82825-10-1-13

DIÁLOGOS ENTRE SOCIOLOGIA E EXTENSÃO RURAL

Bruna Ferreira Rodrigues
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará
http://lattes.cnpq.br/1431220169976197

Thainara David Sombra de Lima
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará

Thaís Gomes Pires
Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Veterinária – Ceará

RESUMO

O estudo analisa as relações estabelecidas entre a sociologia rural e as práticas de extensão rural no Brasil, destacando os impactos das transformações sociais e políticas sobre a formulação das políticas públicas voltadas ao meio rural. A pesquisa possui caráter qualitativo e bibliográfico, fundamentando-se na análise de produções acadêmicas, documentos institucionais e referenciais teóricos relacionados à sociologia rural e à extensão rural pública brasileira. Inicialmente, observa-se que os modelos de extensão rural implantados a partir da década de 1950 foram fortemente influenciados pela tradição norte-americana, centrada na modernização agrícola e na difusão tecnológica, com limitada atenção às dimensões culturais. A partir da década de 1980, com a redemocratização do país e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais, novas abordagens sociológicas passaram a valorizar aspectos identitários, culturais e participativos, promovendo uma reconfiguração das práticas extensionistas. Nesse contexto, políticas públicas orientadas ao desenvolvimento rural sustentável passaram a incorporar conceitos relacionados à agricultura familiar, à participação social e à valorização das diversidades regionais. Estudos semelhantes, como os desenvolvidos por José de Souza Martins, Maria Nazareth Wanderley e Sérgio Schneider, demonstram que a compreensão das dinâmicas sociais do campo é essencial para a efetividade das ações de desenvolvimento rural. Conclui-se que a sociologia rural contribui significativamente para o planejamento e a execução das políticas de extensão rural.

Palavras-chave:
Sociologia Rural;
Extensão Rural;
Políticas Públicas;
Desenvolvimento Rural;
Agricultura Familiar

DIALOGUES BETWEEN SOCIOLOGY AND RURAL EXTENSION

ABSTRACT

This study analyzes the relationships established between rural sociology and rural extension practices in Brazil, highlighting the impacts of social and political transformations on the formulation of public policies aimed at rural areas. The research is qualitative and bibliographic in nature, based on the analysis of academic productions, institutional documents, and theoretical frameworks related to rural sociology and Brazilian public rural extension. Initially, it is observed that the rural extension models implemented from the 1950s onwards were strongly influenced by the North American tradition, centered on agricultural modernization and technological diffusion. From the 1980s onwards, with the redemocratization of the country and the strengthening of rural social movements, new sociological approaches began to value identity, cultural, and participatory aspects, promoting a reconfiguration of extension practices. In this context, public policies oriented towards sustainable rural development began to incorporate concepts related to family farming, social participation, and the appreciation of regional diversities. Similar studies, such as those developed by José de Souza Martins, Maria Nazareth Wanderley, and Sérgio Schneider, demonstrate that understanding the social dynamics of the countryside is essential for the effectiveness of rural development actions. It is concluded that rural sociology contributes significantly to the planning and execution of rural extension policies.

Keywords:
Rural Sociology; Rural Extension;
Public Policies;
Rural Development;
Family Farming.

1 INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no meio rural brasileiro ao longo do século XX provocaram mudanças significativas nas formas de produção agrícola, nas relações sociais e na formulação das políticas públicas destinadas ao campo. Nesse contexto, a extensão rural consolidou-se como um importante instrumento de difusão de tecnologias e de promoção do desenvolvimento agrícola, especialmente a partir da década de 1950, período marcado pela influência do modelo norte-americano de modernização rural. Entretanto, durante muitos anos, as ações extensionistas priorizaram aspectos produtivistas e econômicos, desconsiderando elementos culturais, identitários e sociais presentes nas comunidades rurais.

Com o avanço dos estudos sociológicos e a ampliação dos debates acerca da agricultura familiar, das desigualdades sociais e da diversidade cultural no campo, novas perspectivas passaram a questionar os limites do modelo tradicional de extensão rural. Autores como José de Souza Martins, Maria Nazareth Wanderley e Sérgio Schneider destacam que o desenvolvimento rural não pode ser compreendido apenas sob a ótica econômica, sendo necessário considerar os sujeitos sociais, suas territorialidades, modos de vida e formas de organização coletiva.

A relação entre sociologia rural e extensão rural é essencial para entender como as políticas públicas podem promover desenvolvimento sustentável, participação social e

valorização das especificidades locais. Dessa forma, este trabalho analisa as contribuições da sociologia rural para a reformulação da extensão rural pública no Brasil, destacando os principais referenciais teóricos e as transformações políticas e sociais que influenciaram esse processo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sociologia do meio rural: prática norte-americana, filosofia francesa

A sociologia nasceu a partir de dois fatos, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, que marcaram um conjunto de rupturas com o modo anterior de vida social. A combinação de novos métodos científicos com a nova configuração social deu origem à disciplina, definida por Giddens como o estudo dos grupos humanos e do mundo industrializado. No Brasil, a sociologia rural e as políticas de desenvolvimento rural sofreram influências primeiro norte-americana e depois francesa.

Nos EUA, a crise no campo no final do século XIX levou à criação da Comissão da Vida Rural (1909) e ao Smith Lever Act (1914), que instituiu um sistema de extensão rural difusionista. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, a sociologia rural norte-americana tem caráter prático e imediato, mas desconsidera heterogeneidades socioculturais e ambientais, associando modernização à urbanização e ao possível desaparecimento do rural.

Em contraste, a sociologia rural francesa, consolidada após a II Guerra Mundial, reconhece a forte tradição camponesa da França. Para Henri Mendras, a modernização da agricultura francesa exigiu profundas transformações sociais, mas sem perda total das especificidades da ruralidade. Assim, a tradição francesa enfatiza a transformação do campo com preservação de características culturais, sociais e psicológicas, rejeitando a ideia de homogeneização ou fim do rural.

2.2 Sociologia Rural e Extensão Rural no Brasil até 1990

No Brasil, a distinção entre rural e urbano foi estabelecida em 1938, no contexto do nacional-desenvolvimentismo pelo Decreto-Lei n° 311. A sociologia rural norte-americana influenciou fortemente esse debate, e, nos anos 1940, consolidou-se a visão do campo como espaço de atraso em contraste com o urbano moderno.

Nos anos 1950, a agricultura foi industrializada com base no modelo norte-americano de extensão rural, com destaque para a criação da ACAR em 1949. Nesse período, Paulo Freire criticou o modelo difusionista em "*Extensão ou Comunicação?"* e defendeu a valorização da cultura local.

Nos anos 1970, a criação da EMBRATER reforçou o modelo difusionista, que favoreceu produtores mais capitalizados e contribuiu para o êxodo rural. Nos anos 1980, com a redemocratização, surgiram propostas de extensão mais participativa, mas o modelo agroquímico continuou dominante. A Constituição de 1988 ampliou o reconhecimento da diversidade social e da relação entre sociedade e natureza no campo.

2.3 Sociologia e Extensão Rural pós 1990

A partir dos anos 1990, com a Constituição de 1988 e o contexto neoliberal, o desenvolvimento rural passou a incluir reforma agrária, sustentabilidade, território e agricultura familiar, fortalecida como base de políticas como o PRONAF (1996). No fim da década, foi criado o MDA, em contraste com o MAPA. Segundo Sérgio Schneider, as políticas rurais passaram a ser influenciadas por pesquisadores e mediadores sociais. A extinção da EMBRATER (1990) enfraqueceu órgãos estaduais, enquanto ONGs e organizações de agricultores ganharam espaço.

Na pesquisa, o Projeto Rurbano (1996), coordenado por José Graziano da Silva, mostrou que o rural vai além da agricultura e inclui populações excluídas. Em 2003, no governo Lula, Graziano criou o Fome Zero e a PNATER foi estruturada com participação da sociedade civil. Nos anos seguintes, o Programa Territórios da Cidadania (2008) ampliou o papel dos extensionistas como mediadores de políticas públicas, embora o MAPA mantivesse maior orçamento que o MDA. Durante o governo Dilma, o MDA perdeu espaço e foi extinto em 2016, sendo suas atribuições incorporadas ao MAPA em 2019.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dois momentos marcam a trajetória da sociologia e da extensão rural no Brasil: inicialmente, a influência da tradição norte-americana, com foco na modernização e pouca atenção à dimensão cultural; e, a partir dos anos 1970, a maior presença da sociologia rural francesa, ampliando a análise para aspectos sociais e culturais do campo.

Nos anos 1980, a redemocratização, os movimentos sociais e as críticas ao modelo desenvolvimentista impulsionaram novas abordagens, incluindo a valorização de experiências de extensionistas e a busca por alternativas à agricultura baseada em agrotóxicos.

A partir dos anos 1990 e 2000, ocorreram mudanças institucionais e conceituais com a criação do MDA e maior diálogo entre Estado e academia. Ainda assim, as autoras apontam incertezas no cenário recente e indicam a predominância de interesses do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, destacando o Plano Safra 2019/2020 como exemplo de uma narrativa que sugere a unificação das formas de produção agrícola no país

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
GIDDENS, A. **Sociologia**, 2005

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MENDRAS, H. **Sociologia do meio rural.** Sociologia Rural, p. 41-63, 1969

MORAES FILHO, E. **Introdução à Sociologia Rural.** Jornal do Commercio, 12 dez. 1937. 5 p.

RAMOS, Flavia Soares; NODARI, Sueli Eunice. **Diálogos entre sociologia e extensão rural**. Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação, v. 2, n. 1, p. 243-253, 2020.

TIMMER, W. J. **Planejamento do trabalho em Extensão Agrícola.** 1954.

Wanderley, M. N. B.; Favareto, A. (2013). **As singularidades do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas.** Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras, 21, 413-472.

Projetando o Futuro
Construindo Ideias

Sua pesquisa
Nossa Missão



EDITORA IN VIVO

Desde 2020